

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

O MICROCRÉDITO NO BRASIL:
UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO
PRODUTIVO ORIENTADO

TIAGO DE ASSIS MOREIRA GURGEL

JULHO 2018

MESTRADO EM
ECONOMIA INTERNACIONAL E ESTUDOS EUROPEUS

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

O MICROCRÉDITO NO BRASIL:
UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE MICROCRÉDITO
PRODUTIVO ORIENTADO

TIAGO DE ASSIS MOREIRA GURGEL

ORIENTAÇÃO:

PROF. DOUTOR JOAQUIM ALEXANDRE DOS RAMOS SILVA

PROF. DOUTOR JOSÉ MANUEL DIAS LOPES

JULHO 2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu saúde e forças para superar as dificuldades enfrentadas nestes dois anos.

Aos professores Joaquim Alexandre dos Ramos Silva e José Dias Lopes, pelo suporte no escasso tempo que lhes couberam, pelas correções, que contribuíram de forma significativa e por confiarem na minha capacidade para a realização do trabalho.

Aos meus pais, Francisco e Matilde, e a minha irmã Isabelle, pelo incentivo, dedicação e por todo carinho ao longo desse percurso.

Aos amigos, que comigo compartilharam angústias, incertezas e alegrias no decorrer desse trabalho.

A todos os professores do Mestrado em Economia Internacional e Estudos Europeus do ISEG, que tiveram grande importância na minha formação académica e no desenvolvimento deste trabalho.

A todos aqueles que de alguma forma estão envolvidos nesta conquista.

RESUMO

A ideia por trás do microcrédito é financiar agentes econômicos de baixa renda e ajudá-los a entrar num universo de melhores oportunidades. Por meio do microcrédito são oferecidas oportunidades de inclusão, que podem se tornar uma saída para a miséria. Além disso, como o foco deste trabalho é o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), o microcrédito que será tratado é voltado apenas para atividades produtivas.

Nesse sentido, o trabalho foi balizado através de três grandes questões: como foi a evolução do microcrédito produtivo orientado até 2018, como está distribuído e se, para os estados com maior pobreza concentrada no Brasil, são direcionados maiores montantes. Para tanto, mediante o enquadramento teórico, em especial no capítulo 3, foi desenvolvida a resposta para a primeira questão. As duas outras foram respondidas e elaboradas na parte empírica por meio da análise de dados descritivos, da análise de clusters e das correlações, que ajudaram a quantificar e confirmar que o microcrédito produtivo orientado tem como destino alguns dos estados brasileiros mais pobres, os quais se encontram distribuídos, em sua maioria, na região Nordeste.

O estudo revelou também, duas situações singulares que não foram inicialmente antecipadas: os estados da região Norte (a qual é a segunda região com maior pobreza concentrada do Brasil) possuem uma fração muito pequena do valor concedido pelo PNMPO; e o estado de Santa Catarina, que possui um dos maiores IDH do país, recebeu valores anômalos, em quantidades superiores a estados menos desenvolvidos.

Palavras-Chave: Brasil, Microcrédito, PNMPO, Pobreza.

ABSTRACT

The idea behind the microcredit is to finance low-income economic agents and to empower them to get into a universe of better opportunities. Inclusion is offered through microcredit, which can become a door out of misery. In addition, since the focus of this paper is the National Program of Oriented Productive Microcredit (NPOPM), the microcredit that will be treated is only focused on productive activities.

Therefore, the paper was carried out through three main questions: how the evolution of the oriented productive microcredit was up to 2018, how it was distributed and if, for the states with greater poverty concentrated in Brazil, larger amounts are directed. For this purpose, in the theoretical framework, especially in the chapter 3, the answer to the first question was developed. The other two were answered and empirically elaborated through the analysis of descriptive data, clusters analysis and correlations, which helped to quantify and confirm that the oriented productive microcredit is destined for the poorest Brazilian states, which most of them is distributed in the Northeast region.

Ultimately, some observations emerged during the research: the states of the North region (which is the second with the highest concentrated poverty in Brazil) have a very small fraction of the microcredit granted by the NPOPM; and the state of Santa Catarina, which has one of the biggest HDI in the country, received anomalous numbers, higher than states much less developed.

Keywords: Brazil, Microcredit, NPOPM, Poverty.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	1
2 A Pobreza no Brasil.....	3
3 O Microcrédito	5
3.1 O Grameen Bank.....	6
3.2 O Microcrédito no Brasil.....	7
3.2.1 Pré-PNMPO.....	8
3.2.2 O PNMPO e Pós-PNMPO.....	9
3.3 Estrutura Organizacional do PNMPO.....	12
3.4 Microcrédito para as Mulheres.....	17
4 Metodologia.....	19
4.1 Dados Descritivos.....	20
4.2 Análise de Clusters.....	21
4.3 Correlações.....	22
4.4 Base de Dados.....	22
5 Análise dos Resultados.....	24
5.1 Dados Descritivos.....	24
5.2 Análise de Clusters.....	28
5.3 Correlação.....	30
5.4 Observações da Análise Empírica.....	32
6 Considerações Finais.....	33
6.1 Sugestões para o Futuro do Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil.....	34
6.2 Limitações.....	34
6.3 Recomendações para a Continuação da Pesquisa.....	35
Referências Bibliográficas.....	36
Anexos.....	43

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Figura 1: Linha do Tempo Institucional do Microcrédito no Brasil	12
Figura 2: Execução do PNMPO 2012-2014 em Mil Milhões de Reais	24
Figura 3: Valor Concedido em Milhões de Reais por Gênero.....	25
Figura 4: Clientes do PNMPO por Situação Jurídica.....	26
Figura 5: Valor Concedido em Milhões de Reais por Setor	27
Figura 6: Dendograma	30
Tabela I: Fontes utilizadas para cada variável	23
Tabela II: Execução do PNMPO – 2011 a 2014.....	27
Tabela III: Correlações - IDH.....	31
Tabela IV: Correlações - CREDpc.....	31
Tabela V: Correlações - DP.....	31

ANEXOS

Figura AI: Regiões Brasileiras	43
Tabela AI: Siglas, Estados e Regiões	44
Tabela AII: Valor Concedido <i>Per Capita</i> de Microcrédito Produtivo Orientado para Estados de 2010 a 2014 em Reais	45
Tabela AIII: IDH dos Estados de 2010 a 2014	46
Tabela AIV: Proporção dos Domicílios Particulares com Rendimento <i>Per Capita</i> Até ¼ do Salário Mínimo para os Estados de 2010 a 2014	47

LISTA DE ACRÔNIMOS

AGI: Agentes de Intermediação	IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
AMCRED-SC: Associação das Organizações de Microcrédito de Santa Catarina	MPO: Microcrédito Produtivo Orientado
BADESC: Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina	MTE: Ministério do Trabalho e Emprego
BB: Banco do Brasil	OSCIP: Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
BC: Banco Central	PC: Programa Crescer
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento	PCPP: Programa de Crédito Produtivo Popular
BNB: Banco do Nordeste do Brasil	PDI: Programa de Desenvolvimento Institucional
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	PNMPO: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
CEAPE: Centro de Apoio Aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra	PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
CEF: Caixa Econômica Federal	PP: Programa Progredir
CREDpc: Microcrédito Produtivo Orientado <i>per capita</i> concedido	Sebrae: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
DP: Proporção de domicílios particulares com rendimento mensal <i>per capita</i> com até ¼ do salário mínimo	SCM: Sociedades de Crédito ao Microempreendedor
FAT: Fundo de Amparo ao Trabalhador	SCMEPP: Sociedade de Crédito do Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SF: Sistema Financeiro
IDH: Indicador de Desenvolvimento Humano	UNO: União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações
IFO: Instituições Financeiras Operadoras	WWB: Women`s World Bank
IMPO: Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado	
INEC: Instituto Nordeste Cidadania	

1. INTRODUÇÃO

A pobreza faz parte da experiência diária de grande parte da população brasileira. São pessoas que sofrem com a debilidade da saúde, a alimentação insuficiente, a ignorância, a tensão e o medo (Yazbek, 2012). São pessoas que não possuem bens, os quais possam servir de colateral, e dessa forma, são afastadas do mercado de crédito. Porém, ainda assim, estas mesmas pessoas podem possuir capacidades produtivas e boas ideias que, se forem bem aproveitadas, criam um efeito social positivo (Araújo, 2010). Nesse sentido, o combate à pobreza é o mote para a implementação do microcrédito. O microcrédito pode ajudar indivíduos com um baixo rendimento econômico, de modo que comecem um negócio por conta própria.

A história do microcrédito, que será exposta nos capítulos seguintes, deve-se, sobretudo, a Muhammad Yunus. Ele foi o criador do Grameen Bank no Bangladesh em 1974, que influencia atualmente projetos em várias instituições de diversos países. De acordo com o próprio Grameen, pode-se citar 58 países, incluindo os EUA, Canadá, França, Holanda e Noruega (Grameen, s.d.). O Brasil, que também foi e é influenciado pelo banco criado por Yunus, começou com o microcrédito na década de 70.

Dessa forma, cabe destacar, que os dados utilizados para a análise empírica serão do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) criado em 2005. Assim sendo, esse Programa, que será apresentado adiante, é o foco da pesquisa. Foram escolhidos os seus dados, na medida em que os recursos que lhe são alocados se destinam à população de baixa renda com o propósito exclusivo de fomentar a geração de trabalho e renda. Isso significa que o PNMPO se diferencia das outras operações de microcrédito cujos recursos são destinados para consumo e pagamentos de dívidas, por exemplo (Monzoni, 2006).

Portanto, é preciso cuidado e é importante atentar-se, principalmente, nos livros e artigos estrangeiros que utilizam a nomenclatura *microfinance* (microfinanças), pois essa nomenclatura se refere a um conjunto de serviços financeiros que as instituições oferecem às pessoas menos favorecidas. As microfinanças englobam, por exemplo, serviços de poupança, seguros e crédito (Monzoni, 2006). Contudo, nem todos esses serviços serão o escopo desse trabalho. O escopo deste trabalho se concentra tão somente no microcrédito produtivo orientado (MPO), o qual é um ramo das microfinanças, designado a facilitar pequenas concessões de crédito aos

microempreendedores que desejam produzir algo, mas não possuem meios suficientes para isso.

Assim sendo, considerando o tema que vamos analisar, foram formuladas as seguintes questões que orientarão a pesquisa:

Como foi a evolução do microcrédito produtivo orientado no Brasil até 2018?

Como está distribuído o microcrédito produtivo orientado?

Dirige-se aos estados com maior concentração de pobreza do Brasil?

A segunda e terceira questões são pertinentes já que, apesar do texto da Lei que regulamentou o PNMPO dizer que pode haver priorização das pessoas de baixa renda, essa não delimita se deve haver preferência, por exemplo, de determinada região, estado ou gênero (Câmara dos Deputados, 2005). A busca de uma resposta a estas questões permite fazer uma análise exploratória sobre o tema do microcrédito no Brasil (na sua relação com indicadores de pobreza).

Os capítulos seguintes foram estruturados de forma a propiciar uma melhor compreensão do objeto de estudo. O capítulo dois tem por finalidade fazer uma apresentação resumida da pobreza no Brasil, já que não é *per se* o núcleo do trabalho. O capítulo três é dedicado inteiramente ao enquadramento do microcrédito: é apresentado sua definição, como começou, seu papel perante a diminuição da desigualdade de gênero e, principalmente, como evoluiu no Brasil. No capítulo quatro é exposta a metodologia utilizada neste trabalho. Assim sendo, foi dividido entre os dados descritivos, a análise de clusters e as correlações. O quinto capítulo, com base nos dados do PNMPO, apresenta a análise dos resultados obtidos e traz consigo grande contributo, em particular por causa da distribuição dos recursos deste Programa ao nível dos estados brasileiros. Ao fim desse capítulo serão sintetizadas as observações de maior significado que foram encontradas e não foram referidas na análise dos resultados. No sexto e último capítulo, são delineadas as considerações finais: são levantadas sugestões para a melhoria do microcrédito no Brasil (tendo em conta a forma como tem funcionado), do mesmo modo que, serão referidas vias para a continuação da pesquisa e apresentadas as limitações que decorreram ao longo de sua execução.

2. A POBREZA NO BRASIL

A pobreza é um fenômeno estrutural que persiste no Brasil (Yazbek, 2012). O não acesso aos serviços básicos, informação e trabalho, acaba por gerar um problema social e cultural (Silva & Família, 2010). Essa situação é histórica. Após as várias transformações ocorridas em fases históricas distintas (Fragoso, 2002), a América portuguesa culminou na sociedade hierárquica que conhecemos hoje, altamente dependente do agronegócio. Setor esse que representou cerca de 23% do PIB em 2017, participação mais alta em 13 anos, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (Boadle, 2017).

Não obstante, apesar do fosso entre pobres e ricos (Fragoso, 2002), nas últimas três décadas os governantes brasileiros demonstraram querer mudar a trajetória ascendente da pobreza. Após a ditadura militar no Brasil, que se encerrou em meados da década de 1980, o país entrou em luta por conquistas sociais, que culminou na Constituição Federal de 1988 (Yazbek, 2012), a qual possui expressamente em seus artigos objetivos de natureza social, designadamente de combate à pobreza.

Ainda assim, as conquistas sociais fizeram uma breve pausa, de modo geral, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por este ter preferido a estabilidade econômica às questões sociais. Porém, no governo Lula (2003-2010), com a economia mais estável, o país voltou a se preocupar com os problemas sociais. Houve um combate mais firme e sistemático a tais problemas (Yazbek, 2012), e uma das armas utilizadas para esse combate foi o microcrédito. Isso não ocorre por acaso. O microcrédito, como instrumento contra a pobreza, é argumentado por certos autores como sendo uma das soluções para que as pessoas possam melhorar de vida.

Singer (2008), por exemplo, afirma que é preciso oferecer à massa dos socialmente excluídos uma oportunidade real de se inserir na economia por sua própria iniciativa, o que pode resultar em pequenas empresas e trabalhadores por conta-própria. Ahmed e Siwar (2014) seguiram na mesma direção ao compararem os casos de duas instituições financeiras que operam o microcrédito: o Grameen Bank de Bangladesh e o Amanah Ikhtiar da Malásia. Concluíram dizendo que apesar dos dois países possuírem diferenças econômicas e sociais, os impactos relativos puderam ser demonstrados, e a experiência do Amanah Ikhtiar revelou que o microcrédito pode ser um instrumento que complementa o esforço do governo da Malásia em reduzir a pobreza.

Tudo isso dito, é essencial observar que mesmo com os avanços no combate à pobreza no Brasil, as diferenças regionais permaneceram significativas. De acordo com um estudo do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), divulgado em 2016, entre 2004 e 2013 os índices de pobreza no país caíram de 20% para 9% da população e de 7% para 4% no caso da pobreza extrema. Todavia, ela continua mais presente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil (ONUBR, 2016).

Por fim, concerne dizer que este capítulo não será alongado, pois, como exposto, o tema da pobreza não é o núcleo deste trabalho. Ainda assim, foi importante abordá-lo, já que o cerne do estudo é o microcrédito (aplicado, em especial, ao PNMPO), o qual, como dito em parágrafos anteriores, pode ser um instrumento importante de luta contra a pobreza.

3. O MICROCRÉDITO

O microcrédito é uma espécie de crédito criado para microempreendedores que respeita a realidade e a condição material de cada contratante. Assim sendo, o microcrédito não é uma mera oferta de crédito, mas uma filosofia de mudança capaz de combater o *apartheid* socioeconômico, porque tem como objetivo aqueles que não têm acesso ao sistema financeiro (pessoas de baixa renda) (Lopes & Macedo, 2012). Nesse sentido, sua metodologia de operacionalização dispensa a exigência de garantias reais. Além disso, o microcrédito produtivo é direcionado para as pessoas de baixa renda que vão produzir algo, isto é, gerar rendimentos e, logicamente, empregos (Magdalon & Funchal, 2016).

Após essa breve definição do microcrédito, será referido a seguir os termos e técnicas particulares que quase todas as instituições que oferecem este tipo de crédito utilizam, de modo que o nível de inadimplência seja razoavelmente baixo. Assim, tendo em conta esse objetivo, pela sua importância para o conjunto do trabalho, os termos são:

Aval Solidário: No modelo do aval solidário ou grupo solidário, se um tomador de crédito não pagar ao Banco, um grupo de pessoas se comprometem a pagar a dívida do outro. Porém, se o grupo não paga o que o tomador deve, inabilita todos os membros do grupo a obterem novos empréstimos. Esses grupos são formados, normalmente, por pessoas amigas, como vizinhos (Magdalon & Funchal, 2016). Esse modelo faz com que as instituições financeiras que oferecem o microcrédito não precisem saber para quem é seguro emprestar, quem possui maior risco (Armendáriz & Morduch, 2005), e, desse modo, criam um desincentivo ao não reembolso.

O modelo do aval solidário pode ser relativamente comparado com os pensamentos de Elinor Ostrom (1996). Ostrom propõe uma divisão de tarefas entre os entes públicos e comunidades locais em prol de uma melhoria de bem-estar. Nesse caso, os entes públicos seriam as instituições provedoras de microcrédito e as comunidades locais, os contratantes do crédito. Os entes públicos se responsabilizariam pelo risco da concessão de microcrédito para as comunidades locais (grupos solidários) e esses se responsabilizariam uns pelos outros, de modo que pudesse haver realmente a melhoria do bem-estar.

Empréstimos Progressivos: Outro instrumento muito utilizado é o sistema de empréstimos progressivos. Nesse caso, o tomador ao ter a expectativa de no futuro

poder tomar empréstimos maiores, possui maior incentivo em quitar a dívida presente (Magdalon & Funchal, 2016).

Pagamentos Periódicos: Em terceiro lugar, pode-se citar os pagamentos periódicos feitos em tempos menores que o crédito “mainstream”. O objetivo dessa medida é para que seja identificado mais rapidamente problemas no pagamento dos empréstimos e para que se diminua a quantidade de crédito que pode não ser pago (Silveira, 2015).

Agentes de Crédito: O agente de crédito é fundamental. É através desses agentes de crédito que é feita a coleta das informações necessárias, a orientação sobre os recursos emprestados e a devida aproximação entre a instituição de crédito e o tomador (Silveira, 2015).

Assinala-se que o microcrédito se diferencia do chamado crédito popular, pois, esse último precisa de garantias reais por parte dos tomadores do crédito. Além disso, ao contrário do microcrédito produtivo, que é o foco do trabalho, o crédito popular pode ser destinado também ao consumo (Silveira, 2015).

3.1 O Grameen Bank

Quando se fala de microcrédito, se fala também de Grameen Bank. O Banco “começou” com uma experiência do economista Mohammed Yunus em 1976, quando o mesmo emprestou 27 dólares de si próprio para mais de 40 mulheres de uma cidade próxima de onde dava suas aulas (Yunus & Jolis, 2007).

Ele fez isso para que essas mulheres pudessem adquirir matérias-primas, a fim de que se livrassem de agiotas que, praticamente, as mantinham como escravas, já que elas eram muito pobres. Ainda assim, de acordo com o mesmo, todos os dólares foram pagos rigorosamente. Yunus, então, começou a pensar numa solução institucional. Para ele, deveria haver um caminho mais acessível, que não fosse sempre procurar pelo professor na Universidade de Chittagong. A solução (institucional) foi a criação do Grameen (Yunus & Jolis, 2007).

Portanto, o microcrédito que surge com Yunus tem uma abordagem claramente “micro”, focada na pessoa pobre. Yunus relata que o Grameen, ao contrário dos bancos convencionais, vai atrás da pessoa (Yunus & Jolis, 2007). O sucesso do Grameen fez com que em 2017 o banco já houvesse emprestado para, aproximadamente, 8,93 milhões de pessoas. De acordo com o próprio Banco, das pessoas que requereram

microcréditos, 97% são mulheres, além de cobrir 97% das vilas de Bangladesh (Grameen, 2018).

O processo não é isento de críticas e de acordo com Rahman *et al.* (2015), os clientes do Grameen acreditam que o banco poderia melhorar em uma série de aspetos. Dentre esses aspetos, pode-se citar o excesso de formalidades e as muitas assinaturas que precisam ser feitas, bem como, a insuficiência do montante de crédito recebido. A primeira crítica é fruto da grande massa de pessoas iletradas e a segunda ocorre pelo banco não possuir dinheiro suficiente para cobrir toda a demanda.

3.2 O Microcrédito no Brasil

No Brasil, o microcrédito continua a ter uma pequena fração do mercado de crédito. De acordo com Schönerwald e Vernengo (2016), o microcrédito no Brasil possuía um portfólio estimado de menos de 5 mil milhões de reais em 2012, o que correspondia a aproximadamente 0,2% desse mercado. Dessa forma, o Sistema Financeiro (SF) do Brasil possui uma carência, o que demonstra que a iniciativa para a popularização do microcrédito ainda é tímida (Zubelli, 2012). Uma razão para isso, é a existência de vários outros tipos de crédito no mercado, que são mais acessíveis aos microempreendedores, mas muitas vezes pouco confiáveis ou economicamente pouco viáveis. Pode-se citar, por exemplo, o crédito obtido por meio dos agiotas ou de amigos e familiares (Zubelli, 2012).

Nesse sentido, é preciso que se faça uma ampliação da oferta de serviços financeiros (em particular do microcrédito produtivo orientado) em regiões desfavorecidas e, conseqüentemente, para as pessoas mais pobres que não são atendidas adequadamente como se deveria. Os mais pobres precisam ter à disposição os produtos financeiros adequados, já que precisam e demandam (Ledgerwood *et al.*, 2013). A evolução dos Programas de microcrédito, como o PNMPO ou o Programa Crescer, que serão apresentados com detalhe nas secções a seguir, podem ajudar progressivamente a suprimir a demanda de serviços financeiros dos indivíduos em condições financeiras ruins no Brasil.

Por fim, é importante salientar que no Brasil os bancos privados servem apenas como complemento para a oferta de microcrédito. Isso acontece, pois há a dificuldade de acesso às informações sobre o comportamento financeiro da população de baixa renda e há falta de garantias. Dessa forma, poucos bancos privados oferecem o serviço (Pimentel & Kerstenetzky, 2008).

3.2.1 Pré-PNMPO

Faz-se nesta secção uma breve resenha histórica da evolução do microcrédito no Brasil, que ocorreu no período anterior ao PNMPO.

Década de 1970. O microcrédito está presente no Brasil desde esta década. A primeira rede de programas de microcrédito começou com a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO). Ela funcionou de 1973 a 1991 e contou com a ajuda de grupos empresariais, bancos locais e principalmente com uma organização não-governamental chamada *Acción* Internacional, especializada em microcrédito. A UNO foi importante não só para o Brasil, mas serviu de referência para toda América Latina. Não por acaso, o Governo Federal decidiu, na época, incluir a UNO num projeto na região Nordeste, que objetivava investimentos de irrigação e de infraestrutura. Acabou sendo extinta em 1991, dado a inexistência de medidas que capitalizassem o Programa (Monzoni, 2006).

Década de 1980. Durante essa década, outras instituições foram criadas, principalmente em parceria com organizações internacionais. Pode-se citar a segunda organização a entrar no segmento, o “Banco da Mulher”, feito no Rio de Janeiro. O Banco filiado ao Women`s World Bank (WWB), se espalhou pelo Brasil, tendo hoje atuação no Estado do Paraná, por exemplo (Monzoni, 2006). Também na mesma década foi desenvolvida a Rede CEAPE (Centro de Apoio Aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra) no Estado do Rio Grande do Sul a partir da atuação bem-sucedida de organizações não-governamentais colombianas e da *Acción* Internacional (Marques, 2009). Hoje, essa Rede está presente em muitos estados brasileiros (Silveira, 2015).

Década de 1990. Nessa década, em especial, houve uma verdadeira “epidemia” de organizações da sociedade civil oferecendo serviços de microfinanças, principalmente microcrédito e capacitação em gestão (Monzoni, 2006). Também nesse período, houve o aparecimento de instituições circunscritas a determinados Estados, como é o caso da VivaCred (1996), criada pela ONG Viva Rio no Rio de Janeiro (Marques, 2009). Ademais, os primeiros programas públicos voltados ao microcrédito foram criados. Um exemplo, foi o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) criado através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o que gerou, consequentemente, um aumento do debate sobre desenvolvimento social. Por meio desse Programa, o BNDES concedia crédito barato e de longo prazo para as instituições credoras de microcrédito. Porém, foi somente com o Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) criado em parceria com o Banco Interamericano

de Desenvolvimento (BID), que o Banco de Desenvolvimento atuou fortemente para a promoção da indústria de microcrédito no Brasil. O PDI abrangeu capacitação técnica, metodologias de auditoria e *rating*, por exemplo. No entanto, a partir de 2002, com a administração de Carlos Lessa, o microcrédito passou (brevemente) a não ser mais prioridade do BNDES e nenhum recurso foi repassado para as instituições do setor. Isso ocorreu porque, segundo Maurício Borges (ex-Diretor da Área Social do BNDES), havia “achismos ideológicos”. Entendia-se, por exemplo, que poderia haver agiotagem caso as taxas de juros não fossem significativamente baixas (Monzoni, 2006).

3.2.2 O PNMPO e Pós-PNMPO

Nesta secção continua-se a resenha histórica da evolução do microcrédito no Brasil, porém a incidência é agora já no período do PNMPO.

Década de 2000. No governo Lula (2003-2010), no entanto, o microcrédito deixa de ser apenas uma política de desenvolvimento social e passa a ser política econômica (Lobo, 2014). Em 2003, o governo criou um mecanismo que destinava 2% dos depósitos compulsórios à vista para o microcrédito. Os bancos que não quisessem utilizar o montante, poderiam negociar com outras instituições que desejassem ofertar o microcrédito. O dinheiro que não fosse utilizado, seria então repassado, como antes, ao Banco Central (BC) (Ribeiro, 2009).

Assim sendo, era esperado que os bancos utilizassem o mecanismo para gerar uma maior oferta de microcrédito. Todavia, uma grande quantidade dos depósitos compulsórios continuou a ser recolhido pelo BC (Lobo, 2014). Com efeito, as instituições financeiras entendiam que era preciso maiores garantias, pois não encontravam viabilidade financeira no processo (Lobo, 2014). Ainda existia uma grande assimetria de informações e as partes envolvidas possuíam níveis de informações diferentes, o que acarretava espaços para incertezas.

Nesse sentido, em 2005 foi feita a Lei 11.110/05 a fim de diminuir essas incertezas. No texto dessa lei, há o destaque da atuação (ou orientação) do agente de crédito durante todas as etapas do processo de concessão, que é imprescindível para manter baixos os níveis de inadimplência da concessão e garantir a continuidade do microcrédito, reduzindo a informação assimétrica que prevalecia antes (Magdalon & Funchal, 2016). No âmbito dessa lei, foi criado o PNMPO. A razão do nome, Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, é devido ao fato de que se destina às

atividades produtivas (produtivo) e irá ser orientado por meio dos agentes de crédito (orientado) (Monzoni, 2006).

Os principais objetivos do PNMPO são: gerar mais renda e trabalho para os microempreendedores (pessoas físicas e jurídicas de atividades produtivas de pequeno porte com renda bruta anual de até 120 mil reais) e prestar maior apoio técnico às instituições que ofertassem o microcrédito produtivo (BNDES, s.d.a). Ademais, o Programa visou claramente garantir a inclusão financeira dos empreendedores populares (Tirelli *et al.*, 2015).

A evolução do microcrédito, entretanto, não parou com o PNMPO. Outras iniciativas institucionais e legislativas foram tomadas para continuar a melhorar o ambiente do microcrédito no Brasil. Pode-se citar, por exemplo, a Lei Complementar nº 123, de 2006, que simplificou o regime de tributação de pequenas e médias empresas, assim como a Lei Complementar nº 128, de 2008, que incentivava a regularização dos microempreendedores informais.

Década de 2010. Em 2011, ocorreu uma importante alteração na lei que regula (somente) o PNMPO. Foi criado um programa de subsídios, por meio de uma Medida Provisória (a qual depois foi transformada em lei nº 12.666/2012), conhecido como Programa Crescer (PC). O objetivo desse Programa foi custear os gastos de contratação e acompanhamento das operações de microcrédito pelas instituições financeiras (Sampaio, 2016). Desse modo, por meio do Programa Crescer, o Governo resolveu conceder uma subvenção econômica, fixada em 500 milhões de reais por ano, às instituições financeiras que realizassem operações de MPO de primeiro piso, isto é, houve uma ajuda às instituições que repassavam os recursos diretamente aos microempreendedores (BNDES, s.d.a). Ademais, o Programa Crescer visou unificar e melhorar o acesso de informação entre os provedores de microcrédito no Brasil, a fim de que compartilhem os casos de sucesso e insucesso entre os estados (Pereira & Souza, 2017). É importante ressaltar que o PNMPO continuou a existir com suas respectivas regras, mas em conjunto com as alterações feitas.

Por fim, no ano de 2018 ocorreu uma nova alteração e ampliação do PNMPO. As principais atualizações da Medida Provisória (a qual mais tarde virou Lei nº 13.636) foram:

- Aumento de 120 mil reais para até 200 mil reais do limite de renda ou receita bruta anual de pessoas físicas e jurídicas (o desejo do governo com isto foi, portanto, principalmente, aumentar o universo de beneficiados) (Agência do Senado, 2018);

- Aumento das fontes de financiamento do programa, recursos dos fundos constitucionais do Centro-Oeste, do Norte e do Nordeste (Agência do Senado, 2018). Cabe dizer que os fundos constitucionais são para contribuir com o desenvolvimento econômico e social das Regiões citadas, mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, como o PNMPO (Ministério da Integração Nacional, 2011). Antes da publicação da medida, os financiamentos do Programa eram concedidos apenas com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador (FAT) e dos 2% dos depósitos compulsórios à vista junto ao Banco Central (Agência do Senado, 2018).

Dessa maneira, com essa nova alteração do PNMPO, os conselhos que ficaram responsáveis por disciplinar o repasse de recursos foram: o Conselho Monetário Nacional, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (que já eram responsáveis anteriormente) e os conselhos deliberativos dos fundos constitucionais de financiamento. Esses conselhos são os que decidem como será o financiamento aos tomadores finais dos recursos. Cabe observar que a Lei nº13.636 diz que tais conselhos podem estabelecer estratificações que priorizem e estimulem os segmentos de mais baixa renda entre os beneficiários do PNMPO (Presidência da República, 2018). Entretanto, não revela outros detalhes do modo como isso ocorrerá, isto é, não diz, por exemplo, quais estratificações poderão ser feitas.

É interessante ressaltar ainda que o FAT é um fundo especial criado para o custeio do Programa do Seguro-Desemprego, mas também pode ser usado em outros Programas (BNDES, s.d.b). Além disso, os depósitos à vista, já supracitados, são feitos pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e Caixa Econômica Federal (Magdalon & Funchal, 2016).

Por fim, antes de adentrar em uma nova seção, é significativo assinalar que uma característica intrínseca aos programas de microcrédito que querem alcançar as camadas pobres da população é que devem contar com subsídios do governo ou com doações. É o que ocorre com o PNMPO. Isso sucede-se porque há indícios que os bancos comerciais que procuram ter lucro oferecem microcrédito de modo diferente das instituições de microcrédito sem fins lucrativos. As instituições que oferecem serviços de microcrédito com o objetivo de desenvolvimento social, não conseguem por si só, na maioria dos casos, serem sustentáveis e, por isso, precisam de um apoio (Cull *et al.*, 2009).

Para fins didáticos e para destacar melhor o processo, resumiu-se numa tabela a evolução institucional do microcrédito no Brasil desde os anos 1970 (figura 1).

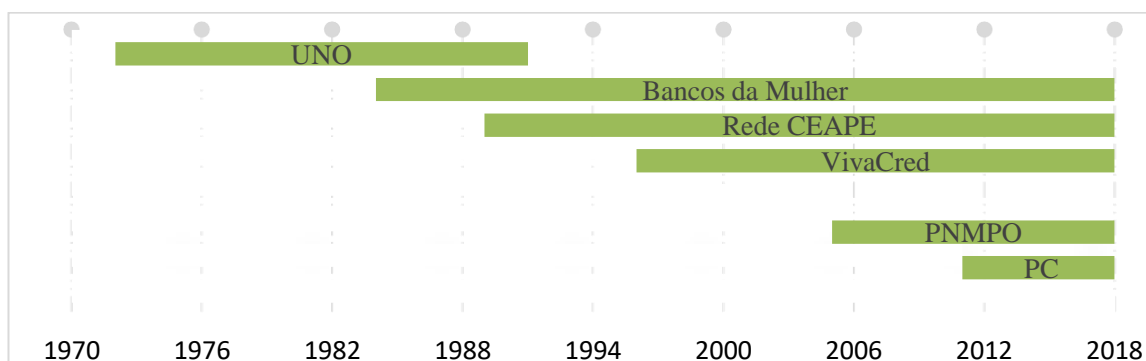


FIGURA 1 – LINHA DO TEMPO INSTITUCIONAL DO MICROCRÉDITO NO BRASIL

Fonte: Elaborado pelo Autor

Na figura 1, apesar do Crescer estar separado do PNMPO, aquele está na esfera desse (como dito, o Crescer foi uma alteração da lei que regulamenta o PNMPO, entrou nesta lei). Sua separação foi feita somente para ilustrar e destacar a tal evolução institucional.

Os bancos e demais instituições financeiras que operam o PNMPO serão apresentados e brevemente explicados na seção seguinte.

3.2.3 Estrutura Organizacional do PNMPO

Os agentes da estrutura organizacional do PNMPO são: as Instituições Financeiras Operadoras (IFO), os Agentes de Intermediação (AGI) e as Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO). De forma geral, as IFO são quem recebe os recursos. Os AGI, conhecidos como agentes operadores de 2º piso, funcionam como uma “ponte” entre as IFO e as IMPO. Por meio das AGI, as IMPO (agentes operadores de 1º piso) recebem os recursos das IFO (Silveira, 2015). Todavia, as IFO não só repassam os recursos para as IMPO. Estas instituições podem também fazer contratações diretas com o microempreendedor, por exemplo (Ribeiro, 2009).

As IFO que utilizam os recursos do FAT são representadas pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e o BNDES. As IFO que utilizam os recursos dos depósitos à vista são os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal. As AGI são representadas pelos bancos de desenvolvimento, as agências de fomento, os bancos

cooperativos e as cooperativas centrais de crédito. E, por fim, as IMPO são as cooperativas de crédito singulares, as agências de fomento, as SCM (Sociedades de Crédito ao Microempreendedor) e as OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) (Silveira, 2015).

A seguir, irão ser detalhadas brevemente algumas das IFO, AGI e IMPO. Em primeiro lugar, irão ser apresentadas as IFO por ordem decrescente de MPO concedido entre os anos de 2012 e 2014.

1- Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é a principal instituição financeira que opera o MPO e, por conta disso, é necessário maior destaque.

O BNB é uma instituição organizada sob forma de sociedade de economia mista. O governo brasileiro detém mais de 90% do seu capital. Desse modo, a maior parte de seu financiamento parte do próprio Estado, através do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Para além disso, se financia por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, como o Banco Mundial e o BID (BNB, s.d.a). Também é importante dizer que é uma instituição financeira múltipla, ou seja, oferece uma série de serviços financeiros, como seguros, capitalizações e microcrédito.

O BNB oferece microcrédito através do CrediAmigo desde 1998. Graças ao CrediAmigo, o banco se tornou o maior provedor de microcrédito do país, com mais de 2 milhões de clientes (Sampaio, 2016). O sucesso do CrediAmigo se deve, sobretudo, pela eficiência do modelo de aval solidário e por causa do monitoramento “porta a porta” feito pelo agente de crédito (Silveira, 2015).

Higgins e Neves (2016), também destacam que o diferencial do CrediAmigo em relação aos demais programas de microcrédito do Brasil, está no facto de que os assessores (agentes) de crédito são funcionários do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), e não do quadro de carreira do Banco. O INEC é uma OSCIP, que foi fundada em 1993 por colaboradores do BNB (Sampaio, 2016). Assim, sendo suas operações feitas por uma OSCIP, há um contato mais próximo entre instituição financeira e clientes (Zubelli, 2012). Essa interação (entre instituição e clientes) é importante, pois diminui a inadimplência desde a primeira visita do agente de crédito, já que ele faz o levantamento socioeconômico do tomador do MPO (Pereira & Souza, 2017).

Em 2012, o programa foi premiado com a classificação “A” da agência *Planet Rating*. Essa premiação, de acordo com o relatório social do BNB, foi a avaliação social mais alta já dada a uma instituição de microcrédito em todo o mundo (Sampaio, 2016). Entretanto, é preciso ter cuidado, pois, apesar do *rating* ser bom para os investidores que pensam no lucro, não há uma relação significativa entre essas classificações e desempenho social (Gutiérrez-Nieto & Serrano-Cinca, 2007).

As taxas de juros do programa CrediAmigo variam de 1,08% a 1,90% ao mês, podendo o contratante escolher participar por meio de grupos solidários ou ser coobrigado (BNB, s.d.b). No caso de ser coobrigado, um outro indivíduo responde pela dívida, caso exista.

2- Banco do Brasil (BB)

O Banco do Brasil existe há 210 anos, quando foi fundado pelo príncipe regente Dom João (BB, s.d.a). O Governo Federal detém 53,9% de sua composição acionária e do restante, 24,5% pertencem a capitais brasileiros e 21,6% a capitais estrangeiros (BB, s.d.b). O banco oferece uma gama de serviços, como seguros, capitalizações, previdência e, claro, o microcrédito. O BB atua através do MPO desde 2011, quando foi feito o Programa Crescer (Sampaio, 2016).

Em 2014, o BB, em parceria com o Banco Bradesco, fez uma empresa específica para oferecer o serviço de microcrédito, chamada de Movera. Essa empresa utiliza o modelo de aval solidário e a modalidade individual (Sampaio, 2016). As taxas de juros utilizadas pela Movera são de 3,50% ao mês para o segundo caso e de 2,95% ao mês para o primeiro (Movera, s.d.).

Sampaio (2016) destaca que mesmo tendo diminuído os recursos de microcrédito no ano de 2015 em relação a 2014, a instituição era pelo menos até 2016 a segunda maior provedora de microcrédito no Brasil.

3- Caixa Econômica Federal (CEF)

A CEF é também uma instituição centenária. Foi criada em 1861 por Dom Pedro II. É uma empresa 100% pública. Atua no desenvolvimento urbano, já que prioriza setores como habitação, saneamento básico e infraestrutura. Oferece, assim como os outros bancos já citados, seguros, poupanças, financiamentos e microcrédito (CEF, s.d.a). A Caixa começou com o microcrédito em 2001, porém, os números de

contratantes só avançaram mesmo com o programa Caixa Crescer em 2011 (Sampaio, 2016).

Todavia, houve grande redução dos contratos feitos de 2013 até 2015. Isso se deveu por conta de um número expressivo de inadimplência, acompanhado de altos custos operacionais, que levou a uma menor rentabilidade relativamente às outras instituições que também operam o serviço de microcrédito (Siqueira, 2015).

Apesar disso, a CEF é a terceira maior instituição de microcrédito no país (Sampaio, 2016). A taxa de juros do programa funciona a partir de 3,3% ao mês (CEF, s.d.b).

4- Banco da Amazônia

O Banco da Amazônia foi criado na década de 1940 durante a segunda Guerra Mundial. O objetivo inicial do banco era financiar a produção de borracha destinada a países aliados. Já na década de 60, assume papel como promotor do desenvolvimento da Amazônia (Banco da Amazônia, s.d.a). A União Federal detém 96,5% da composição acionária do Banco (Banco da Amazônia, s.d.b). Oferece serviços de poupança, investimentos, capitalizações e microcrédito. Por meio do Amazônia Florescer, o Banco da Amazônia oferece o microcrédito desde 2007. O Banco da Amazônia utiliza a metodologia também do aval solidário. Em 2014, tinha mais de 24 mil clientes ativos (Sampaio, 2016).

O Amazônia Florescer procura desenvolver a região Amazônica economicamente e socialmente. As taxas de juros são a partir de 0,41% ao mês para o meio urbano e 0,5% ao ano para o meio rural (Banco da Amazônia, s.d.c).

Seguem agora as Instituições de Microcrédito Produtivo Orientado (IMPO).

5- Cooperativas de crédito singulares

Essas cooperativas são formadas para prestar serviços financeiros somente para seus próprios membros. Elas não visam ao lucro e, portanto, os ganhos voltam para os cooperados. São formadas por no mínimo 20 pessoas. Raramente, porém, pode ser permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas (Ribeiro, 2009).

6- Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

As OSCIPs são reguladas pelo Ministério da Justiça (Pimentel & Kerstenetzky, 2008). São organizações sem fins lucrativos, assim como as ONGs. Entretanto, a diferença básica entre as duas formas de organização social é que as OSCIPs precisam de uma qualificação exigida pelo Ministério da Justiça para atuarem. Esta qualificação acaba por gerar benefícios, como por exemplo, a assinatura de convênios e a formulação de parcerias com os diversos níveis do governo (Sebrae, 2017). No caso relativo ao PNMPO, além das exigências específicas da qualificação como OSCIP, a entidade ainda deve observar os requisitos da Lei do Programa para poder atuar no setor (Ribeiro, 2009).

Como exposto, no caso da parceria entre Banco do Nordeste e INEC, as OSCIPs ajudam a gerar um contato mais próximo entre instituição financeira e clientes. Elas desenvolvem uma atuação estratégica. Para além disso, procuram aliar esta função social do crédito às práticas de sustentabilidade e de eficiência operacional (Pimentel & Kerstenetzky, 2008).

7- Sociedades de Crédito ao Microempreendedor (SCM)

Essas sociedades foram regulamentadas em 2001. As SCMs são entidades (diferentemente das OSCIPs) que podem ter fins lucrativos. São reguladas, reconhecidas e supervisionadas pelo BCB. Possuem o objetivo de prestar serviços financeiros para microempresas (Ribeiro, 2009). Todavia, ao serem criadas, as operações das SCMs ficaram um tanto quanto restringidas. As SCM ainda não podem, por exemplo, captar recursos do público ou emitir títulos e valores mobiliários destinados à colocação e oferta públicas (Ribeiro, 2009). Para obter recursos para suas atividades, podem receber repasses e empréstimos originários de instituições financeiras, de entidades voltadas para ações de fomento e desenvolvimento, inclusive de OSCIPs, e de fundos oficiais (BCB, s.d.a). Contudo, foram sendo feitas alterações procurando fomentar o desenvolvimento das SCMs. Em 2008, por exemplo, foi feita uma Lei Federal com o propósito de aumentar as atividades das SCMs. Dessa forma, passaram a abranger também as Empresas de Pequeno Porte (EPP).

Entretanto, mesmo com os incentivos, isso não foi suficiente. A quantidade de SCMs passou de 56 em 2006 para 40 em 2015 (Sampaio, 2016). A dificuldade em formar acordos com agentes públicos associada a problemas de alavancagem e à inevitabilidade de precisar de resultados financeiros satisfatórios para atrair os

investidores justificam a queda na quantidade de SCMs observada (Pimentel & Kerstenetzky, 2008).

Finalmente, os Agentes de Intermediação (AGI).

8- Agências de Fomento

Essas agências foram criadas com o objetivo de incentivar a redução da presença do poder público estadual na atividade financeira bancária. Elas são entidades reguladas pelo Banco Central (Ribeiro, 2009). Além disso, são formadas pelos próprios estados. Somente uma agência pode ser formada em cada unidade da federação. Possuem como objetivo principal financiar empreendimentos que visam o desenvolvimento regional. Dessa maneira, elas podem abrir linhas de crédito (como o microcrédito) para atender a população local. As agências de fomento recebem denominação social com o nome do estado ou Distrito Federal a que pertencem (BCB, s.d.b).

7- Cooperativas Centrais

Os cooperados podem se organizar em cooperativas centrais. Nas centrais, as cooperativas singulares se organizaram e constituem as cooperativas centrais de crédito para que possam ampliar ainda mais a capacidade de atendimento. São constituídas de, no mínimo, três cooperativas singulares (Ribeiro, 2009). As centrais acabam por se constituir em instituições independentes, promotoras da integração regional e estadual das cooperativas do Sistema (Sicoob, s.d.).

8- Bancos Cooperativos

Outra instituição que possui relação com as cooperativas são os bancos cooperativos. As cooperativas centrais são as que detêm o controle acionário desses bancos (Sicoob, s.d.).

3.3 Microcrédito para as Mulheres

A pobreza possui sexo e precisa de crédito para ser extinguida. Segundo a ONU, 70% das pessoas que vivem com menos de 1 dólar por dia pertencem ao sexo feminino (Barroso, 2009). Ainda segundo dados do IBGE, as mulheres receberam em média mensalmente no Brasil, em 2016, cerca de 76,5% do que os homens receberam (Agência IBGE, 2018). Ademais, as mulheres quase sempre passam por dificuldades

para receberem apoio financeiro a fim de que possam começar um pequeno empreendimento (Barroso, 2009).

Assim sendo, justifica-se conceder um tratamento diferenciado na provisão do microcrédito às mulheres. É uma ferramenta que poderá ajudar a diminuir a desigualdade de gênero já que as mesmas poderão ser suas próprias “patroas”. As mulheres, chefes de família, poderão ser as próprias responsáveis pela provisão do rendimento dentro do seio familiar. Segundo Moreira (2016), na percepção das trabalhadoras, o microcrédito faz com que se sintam mais respeitadas e possam cuidar melhor de suas finanças e casas.

Para além dessas razões, existe outro fato que eleva ainda mais a importância de o foco do microcrédito ser as mulheres. Armendáriz e Morduch (2005) revelam que as mulheres possuem maior probabilidade de cumprirem com a responsabilidade de pagarem o que devem do que os homens. Os autores assinalaram alguns motivos para isso ocorrer. Dentre esses motivos, pode-se citar, por exemplo, o fato de que as mulheres tendem a ficar em casa mais tempo que os homens, já que, normalmente são responsáveis por cuidar das tarefas domésticas, e, por isso, podem ser encontradas mais facilmente e ter despesas mais racionalizadas.

Não obstante, apesar dos benefícios gerados é preciso que as mulheres contratantes possam se inteirar do assunto “microcrédito” e estarem em constante formação e atualização a fim de que o benefício seja melhor aproveitado. A percepção do grau de dificuldade de relacionamento com a banca é menor entre as mulheres com nível superior e com níveis de conhecimento maiores sobre a utilização dos produtos bancários (Vieira, 2012).

O Relatório Gerencial do PNMPO (PortalFAT, 2016) apontou que no quarto trimestre de 2014, as mulheres representavam cerca de 61% do número total de pessoas que foram atendidas no processo de receberem o MPO. Esses dados vão de acordo com o objetivo de beneficiar minorias: ajuda a melhorar a qualidade de vida das pessoas, que antes teriam maiores dificuldades em obter o financiamento. Dessa forma, faz com que o país aproveite melhor a sua população ativa e melhore a dinâmica econômica como um todo.

4. METODOLOGIA

Os cálculos dos impactos de serviços de microfinanças, em geral, precisam de cuidados ao serem analisados. Os resultados que as instituições financeiras produzem em diferentes países variam consideravelmente de acordo com os ambientes em que operam, isto é, os impactos que produzem, mesmo que sejam organizações que utilizem abordagens parecidas, são diferentes a depender da população que trabalham, dos problemas causados pela exclusão financeira e o comprometimento de todas as esferas (públicas e privadas) para a implementação das estratégias (Kabeer, 2005). Do mesmo modo, podemos impelir esse raciocínio não somente aos países, mas também aos estados brasileiros, que possuem níveis econômicos e sociais distintos.

Todavia, ter-se-á a intenção na parte empírica de simplesmente completar uma revisão mais recente do uso do microcrédito do PNMPO e, sobretudo, procurar saber a direção do MPO no Brasil, que atenderá um dos objetivos principais do trabalho, mas não afirmar estritamente qual o seu impacto no país. Ainda, como foi referido, serão utilizados dados do PNMPO em toda a metodologia. Os anos utilizados para a análise de clusters e para as correlações serão os de 2010 a 2014. As justificativas para tal período são as seguintes: é recente, não foi um período de recessão no Brasil e, principalmente, não há mais dados disponíveis sobre os valores concedidos de microcrédito para os estados nos Relatórios Gerenciais do PNMPO. Portanto, reconhecemos desde já que se trata de um período curto para tirar conclusões sólidas sobre o microcrédito produtivo que, naturalmente, precisa de mais tempo para ser avaliado de uma forma consistente nos seus resultados.

De maneira a atender a didática do trabalho, visto que nas próximas seções serão expostas siglas e outras informações sobre as regiões brasileiras e seus estados, nos anexos estarão expostas tabelas para melhor elucidar o leitor. Desse modo, poder-se-á ter uma melhor compreensão das localizações de cada estado em suas respectivas regiões, bem como, poderão ser consultadas, as respectivas siglas dos estados (tabela AI). Ademais, poderá ser verificado (para os cinco anos em questão) o quanto cada estado da Federação recebeu de MPO *per capita* (CREDpc) (tabela AII), a evolução do IDH (tabela AIII) e a proporção de domicílios particulares com rendimento mensal *per capita* com até ¼ do salário mínimo (tabela AIV). Nesse sentido, cabe explicar melhor este último parâmetro.

Em geral, no mundo e no Brasil são utilizados muitos tipos de indicadores para saber qual é a população pobre de determinada região. Somente como a título ilustrativo, pode-se citar a linha de pobreza criada pelo Banco Mundial (para acompanhar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030 da ONU), que utiliza o limite de até 1,90 dólares por dia para delinear quem é extremamente pobre. Para além disso, o Banco Mundial utiliza uma linha de pobreza mais alta para países de renda média alta, que é o caso do Brasil. Nessa última linha de pobreza, é utilizado o limite de até 5,50 dólares por dia (Jasper, 2017). Outro critério muito utilizado, em vez das linhas de pobreza, são os recortes a partir do salário mínimo. De acordo com esse critério, é extremamente pobre, no Brasil, a pessoa que possui renda mensal *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (Pereira & Amorim, 2010). Enfim, optou-se pelo o último critério, apesar da variedade de índices, pela facilidade de obtenção de tais dados (o IBGE disponibiliza os dados segundo o último critério apresentado).

4.1 Dados Descritivos

Esta parte do trabalho será baseada num modelo descritivo. De acordo com Bervian, Cervo e Silva (2002), esse tipo de modelo ajuda a observar, examinar e comparar fatos ou fenômenos sem manipulá-los. Segundo Triviños (2009), outra característica deste modelo é retratar com maior rigor os tais fatos ou fenômenos da realidade adotada. No caso em questão, o modelo descritivo que será exposto objetivará a obtenção de informações sobre o MPO (por meio do PNMPO), mas não procurará estabelecer qualquer tipo de relação causal estrita entre os fatores, mas sim, buscar informações que são necessárias para a ação ou predição (Pereira & Souza, 2017).

A pesquisa de Pereira e Souza (2017) foi baseada nesse tipo de modelo descritivo. De modo a complementar a pesquisa de campo feita pelos autores, foi feita também uma pesquisa documental. Foram analisados documentos de “primeira mão”, bem como, documentos já processados, que caberiam outras interpretações.

Assim como os autores citados no parágrafo anterior, Zubelli (2012) utilizou também um modelo descritivo em sua pesquisa sobre o microcrédito. A autora aplicou no modelo os resultados do uso de políticas de microcrédito apresentados na literatura. O objetivo para tal foi explicitar os desafios da implementação do microcrédito e para expor as perspectivas das políticas do microcrédito no Brasil.

Coimbra (2010) também utilizou um modelo descritivo. Nesse caso, o autor analisou dados facultados pela Associação Nacional de Direito ao Crédito para os anos

de 1999 a 2003 da população do distrito de Lisboa. O autor pretendeu perceber se os negócios criados através do microcrédito tinham uma duração e um retorno monetário suficientes para garantirem um meio de sobrevivência aos seus donos.

Enfim, na apresentação dos resultados serão expostos os dados sobre o PNMPO, tendo em vista melhor compreender e contextualizar o tema.

4.2 Análise de Clusters

A Análise de Clusters permite associar uma série de variáveis homogêneas relativamente a uma ou mais características em comum. Cada variável que está presente em um cluster é similar a todas as outras variáveis que estão presentes também nesse mesmo cluster, e é, por conseguinte, diferente das que estão nos outros clusters. A identificação de agrupamentos naturais de variáveis permite identificar e avaliar possíveis outliers multivariados, e bem como, fazer observações relativas aos grupos formados (Marôco, 2014).

O método utilizado de agrupamento foi o hierárquico. Desse modo, sendo uma análise de clusters hierárquica, todas as variáveis foram combinadas de maneira que houvesse apenas um único conglomerado que representasse os demais (Zancanella et al., 2009). Para além disso, foram utilizados cinco fatores na análise. Cada fator continha informações sobre o MPO *per capita* concedido por ano (2010 a 2014) em cada estado. Nesse sentido, esses fatores foram rotulados pelos estados. Ademais, não foi estabelecido nenhum número fixo de clusters, nem uma amplitude, a qual pudesse também estabelecer uma extensão fixa. O número de clusters foi determinado pela observação do dendograma (representação da estrutura organizacional das variáveis). Tal dendograma, ilustrará os grupos formados por meio de uma orientação vertical. Enfim, será utilizado o modelo “Vizinho mais Próximo”. Nesse modelo, após a formação do primeiro grupo, a distância do centro de tal grupo às restantes variáveis é a menor das distâncias de cada um dos elementos que pertencem a esse grupo. A medida utilizada para o cálculo das distâncias foi a euclidiana quadrática.

É significativo dizer que a análise de clusters é uma técnica “elementar”, já que não apresenta qualquer tipo de necessidade de aprovação relativa ao número de clusters ou à estrutura entre estes (ao contrário, por exemplo, de testes paramétricos, que necessitam de testes para que sejam cumpridos pressupostos) (Marôco, 2014).

Alguns autores utilizaram a análise de clusters para melhor analisar o microcrédito. Zancanella et al. (2009), por exemplo, procurou caracterizar os usuários

do microcrédito e perceber a sua contribuição para o fomento e desenvolvimento da região de Viçosa (Minas Gerais). A análise de clusters feita pelos autores, ajudou a tipificar e a agrupar os microempreendedores. Moura (et al., s.d.) pesquisaram o perfil dos agentes de microcrédito e através da utilização da análise de clusters, identificaram as características capazes de interferir na tomada de decisão da concessão do microcrédito. Os autores concluíram que por meio da análise do perfil de cada indivíduo a ser contratado pela instituição de microcrédito, que esta poderá auferir ganhos em termos de eficiência, uma vez que seria diminuída a probabilidade de haver agentes concessionários prejudiciais à organização.

Assim sendo, no presente trabalho ter-se-á a intenção de verificar (por estados da federação brasileira) a formação de grupos que apresentam o valor concedido de MPO per capita semelhantes e comparar esses grupos entre si, de modo que se possa verificar quais os grupos de estados possuem relações mais fortes.

A justificativa para se observar tal situação de estados semelhantes (quanto ao valor de MPO concedido) por meio da análise de clusters é que não seria possível verificar o mesmo somente ao ver os dados de forma descritiva. O objetivo desta secção é identificar as semelhanças para todos os anos da análise em conjunto, e não, por exemplo, utilizar medidas de tendência central dos cinco anos em questão (2010-2014).

4.3 Correlações

A correlação é simplesmente uma medida de associação entre variáveis sem qualquer tipo de implicação de causa e efeito entre elas. Desse modo, ao se fazer este cruzamento de dados entre os estados brasileiros, os resultados que serão apresentados poderão levantar observações, que podem não ser relatadas no texto (Marôco, 2014).

As correlações que serão apresentadas serão bivariadas. O sinal do coeficiente de correlação indicará o sentido da associação. Se positivas, as variáveis variam no mesmo sentido. Se negativas, variam em sentido oposto (Marôco, 2014).

No caso em questão, será utilizado, o Coeficiente de Correlação de Pearson. Esse Coeficiente, que varia entre -1 e 1, mede a intensidade e direção da associação de tipo linear entre duas variáveis quantitativas. O valor absoluto indica a intensidade da associação. Essa é considerada fraca quando o valor absoluto é menor que 0,25; moderadas entre 0,25 e 0,50; fortes para 0,50 e 0,75; muito fortes para acima de 0,75 (Marôco, 2014). Será apresentado o resultado das correlações entre três variáveis: o montante de microcrédito produtivo orientado *per capita* concedido (CREDpc), o IDH e

a proporção de domicílios particulares com rendimento mensal *per capita* até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo (DP).

Enfim, essas correlações serão úteis para complementar as respostas das questões da pesquisa colocadas na introdução, em particular, saber se o microcrédito produtivo orientado tem como direção os estados com maior pobreza concentrada no Brasil.

4.4 Base de Dados

A tabela I a seguir foi elaborada com a vista a identificar as variáveis utilizadas, descrevê-las, bem como, informar as fontes de onde foram extraídas, as quais são expostas na secção das referências bibliográficas.

De forma resumida, as bases de dados utilizadas para serem feitas as correlações e a análise de clusters foram as apontadas. Todos os dados foram coletados para os anos de 2010 a 2014. Os dados do IBGE, que serviram para verificar os números populacionais e a variável DP, foram levantados, especificamente, por meio do censo de 2010, assim como da Síntese de Indicadores Sociais para os respectivos anos. Os dados que serviram para observar a evolução do IDH foram provenientes de duas fontes. Para o ano de 2010, foi utilizada a base de dados do PNUD. Já para os outros quatro anos foi utilizado o Radar IDHM. O Radar IDHM foi um estudo elaborado (em 2015) pela Fundação João Pinheiro, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo PNUD com objetivo de tornar mais atualizada a tendência do IDH dos estados do Brasil (atlasbrasil, s.d.). Por fim, os dados utilizados para a variável CREDpc foram retirados do Relatório Gerencial do PNMPO.

TABELA I
VARIÁVEIS E SUAS FONTES

Variável	Descrição	Fonte
IDH	Diretamente disponível na base de dados e calculado a partir da média aritmética simples de três indicadores relativos a educação, saúde e renda. Varia de 0 a 1.	Radar IDHM (atlasbrasil) / PNUD (UNDP Brasil)
CREDpc	Calculado a partir do rácio entre o valor de crédito concedido e a população de cada estado	Relatório Gerencial do PNMPO (PortalFat) / IBGE
DP	Proporções dos domicílios particulares que possuem renda mensal <i>per capita</i> até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo.	IBGE

Fonte: Elaborado pelo Autor

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta secção serão apresentados os resultados obtidos e suas respectivas análises. O Sistema utilizado para a obtenção dos resultados das correlações e da análise de clusters foi o IBM SPSS *Statistics*. A referência utilizada para a análise foi Marôco (2014).

5.1 Dados Descritivos

As instituições a seguir indicadas são as que mais concedem o microcrédito através do PNMP para os anos em questão (PortalFAT, 2016). Com efeito, na figura 2, como pode-se verificar, ao contrário dos outros três bancos públicos, a CEF decaiu suas concessões em 2014. A razão para tanto, já foi referida em tópicos anteriores. Cabe, porém, destacar que ao contrário do BNB, as concessões feitas através da CEF e do BB são, em sua maioria, sem a cultura de formação de grupos solidários (Magdalon & Funchal, 2016), o que pode ajudar a entender mais ainda o fraco desempenho dos dois bancos quando comparados ao BNB.

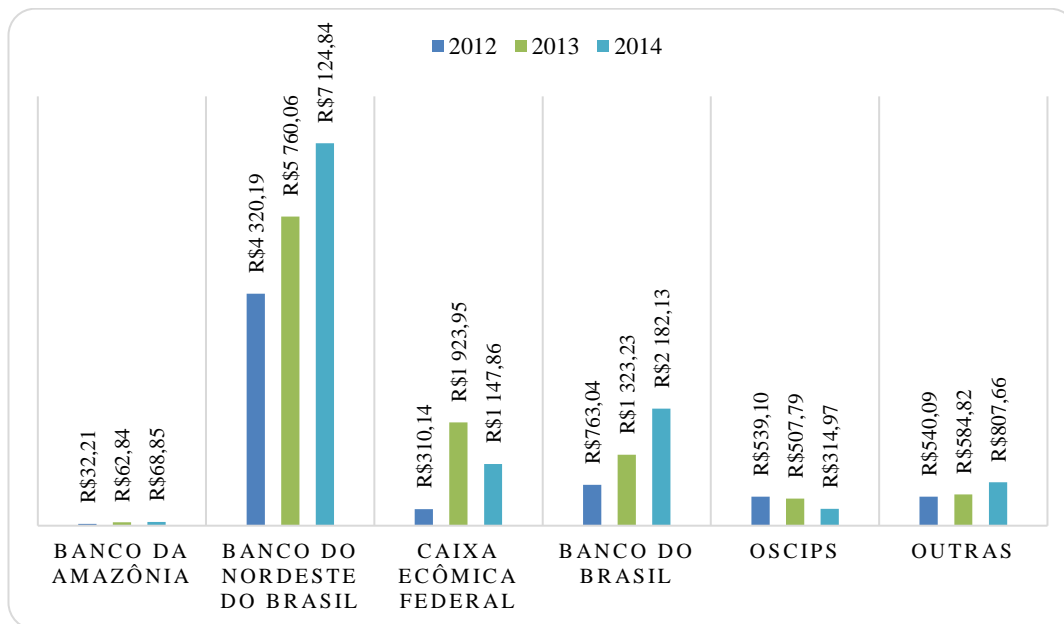


FIGURA 2 - EXECUÇÃO DO PNMP 2012-2014 EM MILHÕES DE REAIS

Fonte: Elaborado pelo Autor com base no Relatório Gerencial do PNMP (PortalFAT, 2016)

Assim como as SCMs, a execução de MPO feita pelas OSCIPs estão a cair. E para tal são apontados uma série de fatores. Em primeiro lugar, os bancos possuem

incertezas quanto às OSCIPs, já que não há uma fiscalização adequada por parte do Banco Central. Parcerias entre OSCIPs e bancos são dificultadas, pois as primeiras não dispõem de patrimônio próprio suficiente para oferecer garantias (Pimentel & Kerstenetzky, 2008). Em segundo, com o Programa Crescer, gerou-se um ambiente de competição ainda mais desigual entre as instituições operadoras de microcrédito, privilegiando as instituições públicas federais em relação às instituições privadas e OSCIPs (Sampaio, 2016). Ademais, essas instituições também encontram dificuldades de financiamento, pois, em geral, dependem de doações e subvenções (Pimentel & Kerstenetzky, 2008).

Como já explicado no tópico 3.4, o sexo feminino precisa ser privilegiado pelo microcrédito e isso verifica-se efetivamente na figura 3.

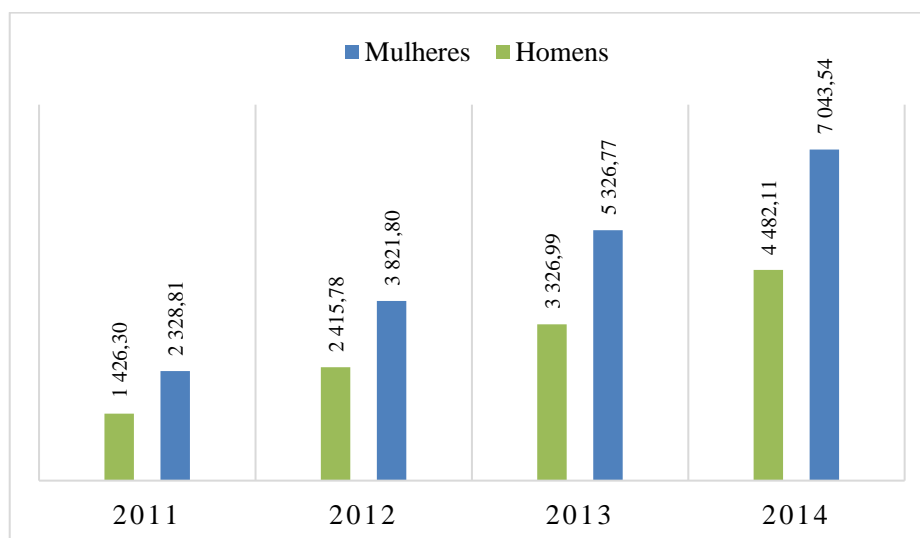


FIGURA 3 - VALOR CONCEDIDO EM MILHÕES DE REAIS POR GÊNERO

Fonte: Elaborado pelo Autor com base no Relatório Gerencial do PNMPO (PortalFAT, 2016)

Nos quatro anos de análise, o montante de dinheiro concedido aos homens sempre ficou em cerca de 60% do que as mulheres receberam. Isso demonstra que o crédito contratado aumentou para ambos, mas a diferença, necessária, na medida em que se trata de uma discriminação positiva, permaneceu.

Na figura 4 a seguir é possível verificar a participação por situação jurídica dos clientes do PNMPO e ao que tudo indica, o Programa privilegia o setor informal. De acordo com Braga *et al.* (2011), o público alvo do microcrédito deve mesmo ser, predominantemente, composto por donos de empreendimentos que realizam uma atividade informal, na qual a orientação é voltada primordialmente para o sustento de si

e da própria família. Isso quer dizer mais uma vez que o Programa atende aquelas pessoas que sentem dificuldade em obter crédito pelos meios formais, já que não possuem garantias suficientes para obtê-lo. Vale a pena dizer que mesmo estes microempreendedores informais devem apresentar garantias mínimas para obter o microcrédito.

Entretanto, deve destacar-se, que apesar da informalidade poder ser fonte de empregos e de renda às pessoas desempregadas e com poucos recursos, ela, de modo geral, pode ser um mau aspecto, já que é nesse setor que os salários são muito mais baixos que a média. Além disso, as pessoas acabam por ficar “presas” à informalidade. Cria-se um vício, pois, com a pouca formação que estas pessoas possuem e, também, com a pouca experiência que têm, ficam encurraladas no setor informal e não conseguem prosperar (Stand & Rising, 2011).

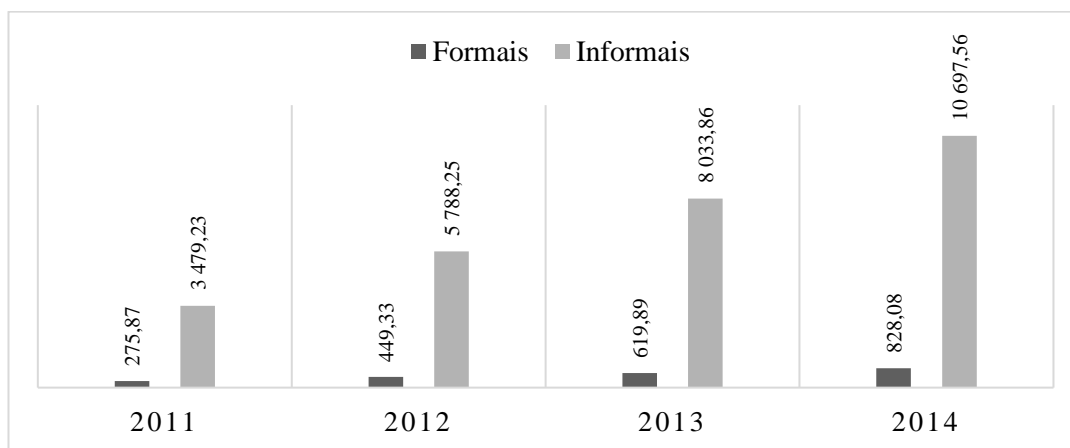


FIGURA 4 – VALOR CONCEDIDO EM MILHÕES DE REAIS POR SITUAÇÃO JURÍDICA

Fonte: Elaborado pelo Autor com base no Relatório Gerencial do PNMPO (PortalFAT, 2016)

Na figura 5 a seguir, revela-se o valor concedido por setor. É importante frisar, novamente, que o MPO é destinado para empreender. Dessa forma, o microcrédito pode ser destinado, para setores como a agricultura, serviços ou comércio.

Nesse sentido, é interessante se atentar para o setor de comércio, que recebe esmagadora parte do crédito. Isso já era expectável, pois se a grande maioria do crédito é para a informalidade, não cabe imaginar que esses empreendimentos se concentrem no âmbito da indústria ou serviços, pois esses são setores que muitas vezes necessitam de exigências técnicas e de recursos humanos qualificados e, desse modo, exigem investimentos relativamente mais elevados, que os microempreendedores ou não têm a capacidade de realizar ou não conseguem contratar.

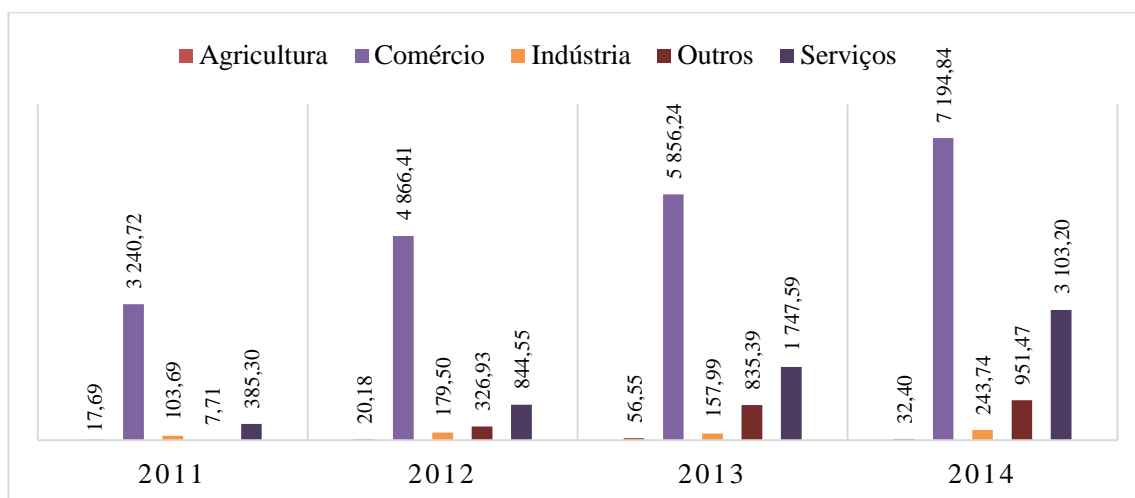


FIGURA 5 - VALOR CONCEDIDO EM MILHÕES DE REAIS POR SETOR

Fonte: Elaborado pelo Autor com base no Relatório Gerencial do PNMPO (PortalFAT, 2016)

Assim sendo, pode-se, através da análise dos dados, dizer que o comércio é o grande meio através do qual se procura ultrapassar o desemprego e, por conseguinte, a pobreza (para os potenciais candidatos do microcrédito produtivo orientado).

Por fim, cabe demonstrar os valores concedidos nos últimos anos. Tais dados são providos pelo Governo Federal, a fim de que se possa fazer um acompanhamento trimestral, por meio do Relatório Gerencial do PNMPO (PortalFAT, 2016). Nesse sentido, através da tabela II, é possível verificar um crescimento acentuado do microcrédito até, pelo menos, o fim de 2013. Em 2014, já com o ambiente empresarial incerto, há uma leve queda. Entretanto, mesmo com o número de operações tendo caído, os valores nominais concedidos aumentaram.

TABELA II
EXECUÇÃO DO PNMPO – 2011 A 2014

<i>Ano</i>	<i>Números de Clientes Atendidos</i>	<i>Número de Operações de Microcrédito Realizadas</i>	<i>Valores nominais concedidos em milhões de reais</i>
2011	2 674 157	2 576 559	4 098
2012	3 953 406	3 814 781	6 505
2013	5 664 941	5 713 091	10 163
2014	5 552 080	5 667 287	11 645

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Relatório Gerencial do PNMPO (PortalFAT, 2016)

Dessa forma, segundo a Nota Explicativa contida no Relatório Gerencial, as diferenças encontradas entre os valores totais de crédito concedido, operações realizadas

e clientes atendidos nas tabelas de distribuição geográfica, perfil de clientes e execução geral do PNMPO devem-se ao fato de que apenas algumas instituições declaram, no sistema do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), todas as informações de perfil de cliente e de localização geográfica (PortalFAT, 2016). Nesse sentido, os dados apresentados nessa secção, ainda que ajudem a compreender o tema, não correspondem ao escopo total, e assim, é preciso ter o devido cuidado com as observações feitas.

5.2 *Análise de Clusters*

Na figura 6, localizada na página 30, podemos destacar quatro grupos de acordo com o CREDpc recebido para os anos de 2010 a 2014. Caso sejam necessárias as informações quanto ao valor concedido *per capita* a cada estado (a fim de que fique mais claro as próximas conclusões e observações), pode-se verificar a tabela AII nos anexos. Do mesmo modo, caso sejam necessárias informações sobre as regiões de cada estado ou o significado das siglas, pode-se verificar a tabela AI e a figura AI. Os grupos por ordem decrescente de CREDpc são:

1º grupo: PI e CE (azul); **2º grupo:** SE, MA, PB, RN e AL (verde); **3º grupo:** PE, SC e BA (cinza); **4º grupo:** RS, MG, DF, RR, AC, PA, RJ, GO, PR, ES, AP, AM, MT, SP, MS, TO e RO (vermelho).

Em primeiro lugar, pode-se destacar que os três primeiros grupos são formados essencialmente por estados da região Nordeste. Portanto, grande parte do MPO vai (ressalta-se, em valores até anômalos), em especial, para o Nordeste (região com maior pobreza concentrada do Brasil).

A principal razão para isso, de acordo com tudo o que já foi exposto (principalmente no enquadramento teórico), é o Banco do Nordeste. O Banco se diferencia pelo aporte “micro”, como destacado ao longo do trabalho.

Pode-se dar um exemplo a fim de ressaltar ainda mais o papel do BNB. De acordo com o IBGE (s.d.a) (na secção de Distribuição de Renda), São Paulo (Sudeste) possuía em 2014, 14 870 000 domicílios particulares, enquanto que o Piauí (Nordeste), possuía no mesmo ano 964 000. Desta forma, o primeiro estado possuía cerca de 253 000 domicílios particulares com rendimento mensal *per capita* até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, e o segundo estado, possuía cerca de 132 000. Assim sendo, apesar de, em termos relativos, o Piauí possuir mais pobreza (13,7% contra 1,7%), em termos absolutos, São Paulo possui em maior quantidade. Isso também revela que não seria impossível dizer que a

maior parte do microcrédito poderia se destinar a outros estados mais desenvolvidos relativamente, como São Paulo.

Em segundo lugar, cabe referir o caso do estado de Santa Catarina (SC) e seus valores anômalos demandados de MPO. Tal estado é o que possui menor proporção de domicílios particulares pobres de todo o Brasil (conforme pode ser visto na Tabela AIV dos anexos). Ainda assim, demandou até mesmo mais MPO que a Bahia (BA) (estado da região Nordeste).

Desse modo, há que se destacar o papel BADESC (Banco de Desenvolvimento de Santa Catarina), principal órgão responsável pelo programa de microcrédito no estado. Segundo Weber (2011), a inadimplência das instituições que o BADESC supervisiona, alcançou taxas menores que 4 %, o que representou menor taxa do Brasil em relação aos outros estados (em 2011).

É preciso, bem como, assinalar o papel da AMCRED-SC (Associação das Organizações de Microcrédito de Santa Catarina), que foi feita em 2006 com o objetivo de criar uma rede associativa entre as OSCIPs (Silva, 2012). Não por acaso, Santa Catarina conta com mais OSCIPs registradas no Programa Nacional de Microcrédito Produto Orientado (PNMPO) do que a média nacional. Sozinho, em 2016, o estado tinha 23 das 165 do país (Mattos, 2016). Ademais, a maior instituição de microcrédito em Santa Catarina, tanto em termos de valores emprestados como de número de clientes, é uma OSCIP, conhecida como Banco da Família. Por meio de entrevistas realizadas aos seus clientes, percebeu-se que o microcrédito concedido por tal OSCIP melhora os negócios, e, portanto, ajuda a elevar a renda familiar (Mattei, 2012). Nesse sentido, é importante assinalar novamente a importância que as OSCIPs possuem para o sucesso do microcrédito, já que fazem uma significativa aproximação com o microempreendedor.

Em terceiro lugar, pode-se levantar considerações sobre a região Norte. Ao contrário da região Nordeste, a região Norte, segunda com maior pobreza concentrada do Brasil, demandou, nos anos de estudo, valores muito mais baixos de MPO *per capita*. Valores esses, inclusive, mais baixos que outras regiões mais ricas.

Uma razão para esses valores pode ser dada por Helal e Cunha (2017). Os autores assinalaram que entre 1998 e 2013 houve um aumento expressivo de agências bancárias em todo Brasil. Entretanto, o número destas agências bancárias *per capita* é muito maior no Sul e Sudeste quando comparado aos números do Norte. Dessa forma, segundo os autores, esta região seria “sub-bancarizada” (“sub-bancarização” entende-se

como uma menor cobertura da população atendida pelos bancos do que se deveria). Assim sendo, a maior parte das redes de banco nacionais ignoram as variantes desta região, e conseqüentemente, suas características socioeconômicas. Entretanto, os mesmos autores consideraram pela mesma metodologia de estudo, que a região Nordeste também seria sub-bancarizada. Porém, como foi destacado no presente trabalho, o Nordeste é a região que mais recebeu microcrédito pelo PNMPO. Pelo que faz sentido, como fizemos ressaltar o papel do Banco do Nordeste na sua região.

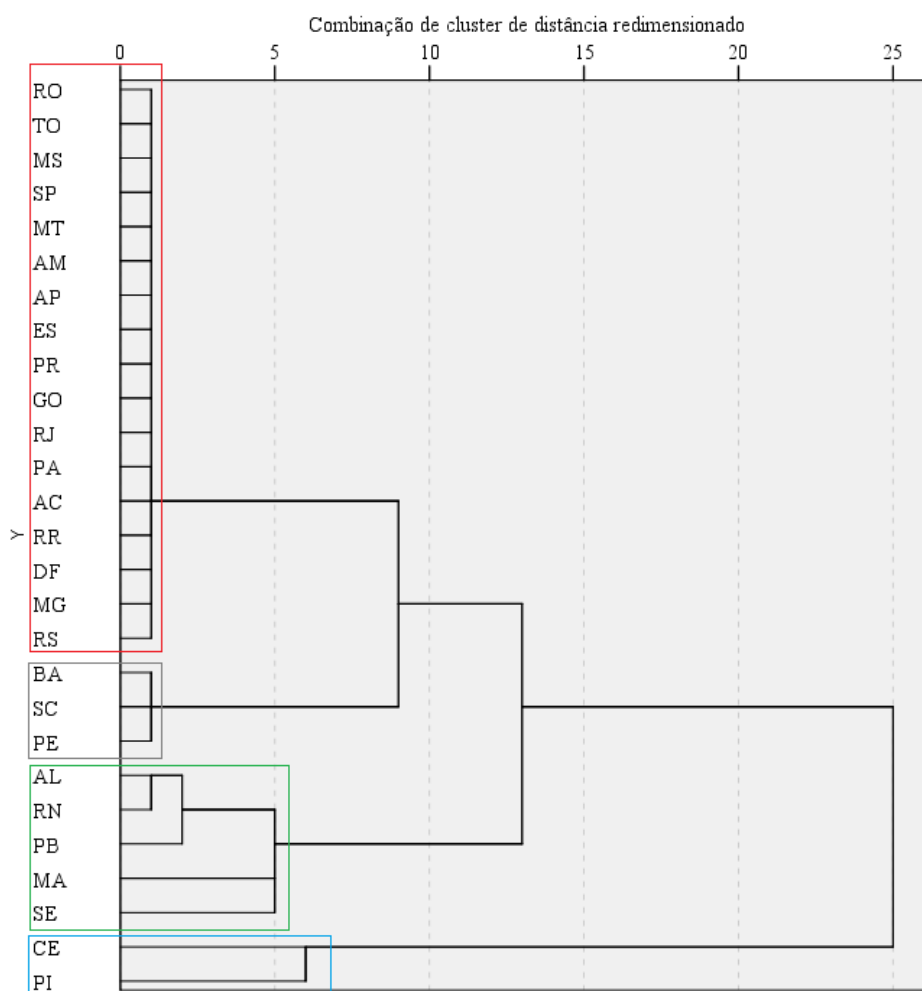


FIGURA 6 – DENDOGRAMA

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do PNMPO (PortalFAT, 2016)

5.3 Correlação

Podemos dizer que todas as correlações são significativas ao nível de 0,01 ou 0,05 (bilateral). Desse modo, todas as correlações podem ser utilizadas para a análise. Cabe dizer igualmente que os coeficientes expostos estão correlacionados com seus respectivos anos. Posto isso, é interessante observar como se comportam os coeficientes

de correlação do IDH e do DP em relação ao CREDpc para os anos de 2010 a 2014, o que pode ser observado particularmente na tabela IV, mas também na III e V.

Inicialmente é possível referir que todos coeficientes, ao longo do tempo, apresentam clara tendência a diminuir em termos absolutos, ou seja, a correlação entre as variáveis e o CREDpc tende cada vez mais a apresentar uma intensidade fraca. Pode-se analisar separadamente as correlações para cada uma das duas variáveis em relação ao CREDpc. As correlações entre IDH e CREDpc apresentaram coeficientes negativos, intensidade forte para o primeiro ano da análise e intensidade moderada para os quatro anos restantes. As correlações entre CREDpc e DP foram todas positivas e fortes.

TABELA III

CORRELAÇÕES - IDH

Variáveis		CREDpc	IDH	DP
IDH - 2010	Correlação de Pearson	-,541**	1	-,924**
	Sig. (bilateral)	0,004		0,000
	N	27	27	27
IDH - 2011	Correlação de Pearson	-,498**	1	-,895**
	Sig. (bilateral)	0,008		0,000
	N	27	27	27
IDH - 2012	Correlação de Pearson	-,476**	1	-,894**
	Sig. (bilateral)	0,012		0,000
	N	27	27	27
IDH - 2013	Correlação de Pearson	-,459**	1	-,887**
	Sig. (bilateral)	0,016		0,000
	N	27	27	27
IDH - 2014	Correlação de Pearson	-,485**	1	-,879**
	Sig. (bilateral)	0,010		0,000
	N	27	27	27

TABELA IV

CORRELAÇÕES - CREDPC

Variáveis		CREDpc	IDH	DP
CREDpc - 2010	Correlação de Pearson	1	-,541**	,892**
	Sig. (bilateral)		0,004	0,000
	N	27	27	27
CREDpc - 2011	Correlação de Pearson	1	-,498**	,886**
	Sig. (bilateral)		0,008	0,000
	N	27	27	27
CREDpc - 2012	Correlação de Pearson	1	-,476**	,820**
	Sig. (bilateral)		0,012	0,001
	N	27	27	27
CREDpc - 2013	Correlação de Pearson	1	-,459**	,832**
	Sig. (bilateral)		0,016	0,000
	N	27	27	27
CREDpc - 2014	Correlação de Pearson	1	-,485**	,801**
	Sig. (bilateral)		0,010	0,001
	N	27	27	27

TABELA V

CORRELAÇÕES - DP

Variáveis		CREDpc	IDH	DP
DP - 2010	Correlação de Pearson	,892**	-,924**	1
	Sig. (bilateral)	0,000	0,000	
	N	27	27	27
DP - 2011	Correlação de Pearson	,886**	-,895**	1
	Sig. (bilateral)	0,000	0,000	
	N	27	27	27
DP - 2012	Correlação de Pearson	,820**	-,894**	1
	Sig. (bilateral)	0,001	0,000	
	N	27	27	27
DP - 2013	Correlação de Pearson	,832**	-,887**	1
	Sig. (bilateral)	0,000	0,000	
	N	27	27	27
DP - 2014	Correlação de Pearson	,801**	-,879**	1
	Sig. (bilateral)	0,001	0,000	
	N	27	27	27

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do PNMP, IBGE e Radar IDHM

Enfim, chega-se à percepção que o microcrédito, de forma geral, direciona-se para os estados com menores IDH, porém destina-se mais intensamente para os estados que possuem maiores proporções de domicílios particulares pobres.

5.4 Observações da Análise Empírica

A partir dos resultados encontrados, podem ser extraídas um conjunto de observações despontadas ao longo da parte empírica, que ainda não foram referidas.

As duas primeiras decorrem do fato de que as correlações entre CREDpc e IDH, bem como, entre CREDpc e DP apresentam a tendência de diminuir com o tempo. A terceira e quarta dá-se pela falta de referências para explicar o fraco provimento de microcrédito pelo PNMPO na região Norte. A quinta faz referência ao estado de Santa Catarina. Assim, apresentamos em seguida uma síntese das observações:

- É possível referir que os estados menos desenvolvidos, melhorando seus índices, estão enviesando as correlações e, conseqüentemente, as tornando cada vez mais fracas ao passar dos anos.

- É possível referir do mesmo modo, que os estados mais desenvolvidos estejam cada vez mais a demandar maiores valores de MPO, o que faz também com que as correlações se tornem, a cada ano que se passe, mais fracas.

- A região Norte não consegue obter o mesmo sucesso que a região Nordeste pela falta da atuação das OSCIPs em conjunto com o Banco da Amazônia e demais instituições provedoras de microcrédito na região.

- A região Norte sente maiores dificuldades que a região Nordeste, pois é a região de menor densidade demográfica e, por isso, acaba sofrendo mais pela sub-bancarização de sua população. Deste modo, o microcrédito, não consegue alcançar a todos como se deveria.

- Santa Catarina é um caso de sucesso, pois, além de utilizar mais as OSCIPs como meio de promoção do microcrédito, é um estado mais desenvolvido e, por isso, possui um sistema financeiro mais avançado que consegue trabalhar melhor seu capital social.

Considerando as limitações de ordem estatística e outras que referimos, essas observações são apenas pressupostos, que estudos mais aprofundados podem confirmar ou não.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou, dentro de seus limites, aumentar o debate sobre o microcrédito e, bem como, o conhecimento sobre o Brasil. Para além disso, foram levantadas três questões, as quais delinearam o trabalho. Nesse sentido, vale retomá-las:

Como foi a evolução do microcrédito produtivo orientado no Brasil até 2018?

Como está distribuído o microcrédito produtivo orientado?

Dirige-se aos estados com maior concentração de pobreza do Brasil?

A primeira questão balizou e foi respondida praticamente em toda a parte teórica (em especial no capítulo 3). Cabe dizer que foi pertinente, pois assinalou as mais recentes atualizações do microcrédito produtivo orientado no país, contextualizadas ao histórico do microcrédito. Dessa forma, ficou demonstrado que o microcrédito no Brasil, desde quando surgiu, esteve em constante mudança. A mais importante mudança, entretanto, foi com a introdução da lei que regulamentou o PNMPO. A partir de então, o microcrédito no país tomou força, e por isso, foi também pertinente tratar de modo especial tal Programa.

A segunda e terceira questão passam essencialmente pela parte empírica, principalmente, pela análise de clusters e as correlações, respectivamente. Pela análise de clusters em conjunto com as tabelas indicadas em anexo (principalmente, a AI e AII), podemos referir que o microcrédito produtivo orientado ficou distribuído, particularmente, pela a região Nordeste. Região, a qual possui maior pobreza concentrada no Brasil. Não por acaso, as correlações indicaram e quantificaram que o microcrédito produtivo orientado, dirige-se, realmente, para estes estados, com maior pobreza concentrada, o que responde a última pergunta.

Em geral, apesar de serem expectáveis, as respostas às duas últimas perguntas elas trouxeram à tona dois casos nada expectáveis e importantes: o caso de Santa Catarina e da região Norte. Tais casos se tornaram contributos fundamentais para o trabalho.

A seguir serão expostas sugestões para a melhoria do MPO no Brasil, as limitações encontradas e, por fim, as recomendações para a continuação da pesquisa. Esses tópicos serão apresentados com base na experiência adquirida neste trabalho, porém, reconhecemos os limites, e não se visa nenhuma solução inovadora, que mude o curso da realidade social brasileira.

6.1 Sugestões para o Futuro do Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil

De modo resumido e de acordo com tudo o que já foi exposto, as possíveis soluções para que o microcrédito produtivo orientado no Brasil possa melhorar são:

- Aumentar a política de financiamento do microcrédito com base nas técnicas descritas, como o modelo do aval solidário. Entretanto, compete aqui frisar, que a mera formação, por exemplo, de grupos solidários, não garantem resultados progressivos e pode, na verdade, perpetuar as hierarquias sociais existentes, ou seja, perpetuar a pobreza. Assim sendo, em conjunto com estas medidas técnicas deverão também ser feitas estratégias de conscientização, de modo que a sociedade possa organizar de uma forma coletiva em benefício de todos. Por exemplo, de nada adiantaria se os grupos solidários fossem formados somente por homens. Dessa forma, pode-se fazer treinamentos que fomentem uma consciência crítica coletiva das relações de poder que afetam a vida das mulheres (Rankin, 2002).

- Deve-se criar um modo de aumentar a participação das OSCIPs, já que as mesmas, aproximam as Instituições Financeiras dos microempreendedores. Dessa forma, deve-se criar mecanismos que aumentem a participação destas instituições. Pode-se, por exemplo, estimular boas práticas de governança corporativa nas OSCIPs, o que diminuiria a desconfiança, estimularia a cooperação e alavancaria a eficiência. Os grandes bancos, assim, se sentiriam mais seguros e aumentariam os números de parcerias entre estas duas instituições financeiras (Pimentel & Kerstenetzky, 2008);

- Deve-se aprender com as falhas e sucessos do passado no país. Desse modo, é preciso, por exemplo, ser incentivada a consolidação de parcerias com organizações nacionais e internacionais especializadas no mercado de microfinanças, como já ocorreu com a *Acción Internacional*;

- Aumentar a bancarização nos estados mais pobres. Isso permite que os bancos atendam a população mais pobre sem necessariamente precisar deslocá-la a uma de suas agências, o que reduz os custos normalmente elevados para operações de pequeno valor.

6.2 Limitações

As principais limitações encontradas para o estudo foram:

- A base de dados limitada a cinco anos (para a análise de clusters e as correlações);

- As poucas referências bibliográficas internacionais sobre o microcrédito produtivo orientado;
- Falta de referências mais atualizadas sobre o MPO no Brasil;
- A impossibilidade de serem feitas entrevistas para melhoria da base de dados;
- Falta de dados oficiais sobre as características dos microempreendedores (do Brasil, em geral) que tomaram o microcrédito produtivo orientado, como por exemplo, tempo de estudos;
- Falta de dados oficiais sobre o tempo de vida dos negócios criados a partir da tomada do microcrédito produtivo orientado (do Brasil, em geral).

6.3 Recomendações para a continuação da pesquisa

Por tudo que já foi apresentado, pode haver, ainda, temas de estudos futuros que não foram ditos, que, porventura, possam beneficiar deste trabalho e gerar ainda melhores e mais aprofundadas explicações sobre o assunto:

- Destaca-se, em primeiro lugar, abordar um trabalho sobre o tempo de vida dos negócios criados, assim como sobre as características dos microempreendedores, de modo que se verifique os casos de sucesso e fracasso, e assim, se possa conhecer e avaliar melhor os problemas do microcrédito no Brasil e suas regiões. Tal tipo de trabalho poderia gerar uma fonte de dados importante para futuras pesquisas, se possuir uma metodologia robusta.
- Em segundo lugar, outro possível trabalho seria um estudo sobre a importância das OSCIPs. Um trabalho que verificasse o acompanhamento de perto ao microempreendedor por parte das Instituições Financeiras, já que isso é essencial para o sucesso do microcrédito.

Referências Bibliográficas

- Agência IBGE (2018). Mulher estuda mais, trabalha mais e ganha menos do que o homem [Em linha]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20234-mulher-estuda-mais-trabalha-mais-e-ganha-menos-do-que-o-homem.html>. [Acesso em: 2018/06/12].
- Agência do Senado (2018). Senado aprova ampliação do Programa de Microcrédito Produtivo [Em linha]. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2018/02/28/senado-aprova-ampliacao-do-programa-de-microcredito-produtivo>. [Acesso em: 2018/04/12].
- Ahmed, F., & Siwar, C. (2014). Impact of microcredit programme on poverty alleviation: a comparative study in Bangladesh and Malaysia. *Advances in Environmental Biology*, 8(7), 2487-2496.
- Araújo, V. A. (2010). Microcrédito – Novo paradigma de financiamento. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Armendáriz, B., & Morduch, J. (2005). *The economics of microfinance*. Cambridge: MIT Press.
- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (atlasbrasil) (s.d.). Radar IDHM. Análise de Resultados para Brasil, UFs e RMs - 2011 a 2014. [Base de Dados]. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/radar-idhm/>. [Acesso em: 2018/06/11].
- Barroso Filho, J. (2009). Pobreza tem sexo e merece crédito. *Direito UNIFACS–Debate Virtual*, (107).
- Banco Central do Brasil (BCB). (s.d.a). O que é sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte? [Em linha]. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/scmepp.asp>. [Acesso em: 2018/05/18].
- Banco Central do Brasil (BCB). (s.d.b). O que é agência de fomento? [Em linha]. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/composicao/agencia_fomento.asp. [Acesso em: 2018/04/13].
- Banco da Amazônia. (s.d.a). História [Em linha]. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/institucional-obanco-historia>. [Acesso em: 2018/05/18].
- Banco da Amazônia. (s.d.b). Estrutura Acionária [Em linha]. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/2013-09-05-20-15-54/estrutura-acionaria>. [Acesso em: 2018/05/18].
- Banco da Amazônia. (s.d.c). O que pode ser financiado – Amazônia Florescer [Em linha]. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/index.php/amazonia-florescer-urbano-item/florescer-urbano-apresentacao>. [Acesso em: 2018/04/13].
- Banco do Brasil (BB). (s.d.a). Banco do Brasil - Mais de 200 Anos de História [Em linha]. Disponível em:

<http://www.bb.com.br/portallbb/page22,3669,3669,22,0,1,8.bb?codigoNoticia=29857>. [Acesso em: 2018/05/18].

Banco do Brasil (BB). (s.d.b). Relações com Investidores [Em linha]. Disponível em: http://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/relacoes-com-investidores/o-banco-do-brasil#/. [Acesso em: 2018/05/18].

Banco do Nordeste do Brasil (BNB). (s.d.a). Histórico – Empresa [Em linha]. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/web/guest/historico>. [Acesso em: 2018/05/09].

Banco do Nordeste do Brasil (BNB). (s.d.b). Produtos [Em linha]. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/produtos>. [Acesso em: 2018/04/13].

Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) (s.d.a). Microcrédito no Brasil: histórico e legislação [Em linha]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/microcredito-brasil>. [Acesso em: 2018/04/23].

Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) (s.d.b). Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT [Em linha]. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/fontes-de-recursos/fundos-governamentais/fundo-de-amparo-ao-trabalhador-fat>. [Acesso em: 2018/06/15].

Bervian, P. A., Cervo, A. L., & Silva, R. D. (2002). Metodologia científica. São Paulo: Pretence Hall, 482-493.

Boadle, A. (2017). Agricultura e agronegócio no Brasil contribuíram com 23,5% do PIB em 2017, estima CNA [Em linha]. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKBN1DZ1WU-OBRBS>. [Acesso em: 2018/2/6].

Braga, T. S.; de França Filho, G. C.; da Escolad, N. D. P. G. (2011). Programas públicos de microcrédito produtivo orientado: Uma avaliação da eficácia do Crediamigo para a inserção da população de baixa renda do setor informal no mercado de crédito. Núcleo de Pós-graduação em Administração. Salvador: Universidade Federal da Bahia.

Caixa Econômica Federal (CEF) (s.d.a). Sobre a Caixa [Em linha]. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/apresentacao/Paginas/default.aspx>. [Acesso em: 2018/05/18].

Caixa Econômica Federal (CEF) (s.d.b). Microcrédito Orientado Produtivo Caixa – Encargos [Em linha]. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/empresa/credito-financiamento/crescer/Paginas/default.aspx>. [Acesso em: 2018/04/13].

Câmara dos Deputados. (2005). Legislação Informatizada - Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005 - Publicação Original [Em linha]. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11110-25-abril-2005-536683-publicacaooriginal-27600-pl.html>. [Acesso em: 2018/05/30].

- Coimbra, N. P. E. (2010). Microcrédito em Portugal. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- Cull, R., Asli Demirgüç-Kunt, A., & Morduch, J. (2009). Microfinance meets the market. *Journal of Economic perspectives*, 23(1), 167-92.
- Fragoso, J. (2002). Para que serve a história econômica? Notas sobre a história da exclusão social no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, 1(29), 3-28.
- Guimarães, C., & Silva, J. R. (2018). Turismo e geração de empregos formais: Um estudo sobre o Brasil e suas regiões. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1(27/28), 1273-1286.
- Grameen Bank (s.d.). Founder [Em linha]. Disponível em: <http://www.grameen.com/founder-2/>. [Acesso em: 2018/04/10].
- Grameen Bank (2018). Introduction [Em linha]. Disponível em: <http://www.grameen.com/introduction/>. [Acesso em: 2018/02/3].
- Gutiérrez-Nieto, B., & Serrano-Cinca, C. (2007). Factors explaining the rating of microfinance institutions. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 36(3), 439-464.
- Helal, S. G., & da Silva Cunha, M. (2017). Microcrédito: origens, pobreza e exclusão bancária no Brasil. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 39(3), 293.
- Higgins, S. S.; & Neves, J. A. B. (2016). Insulamento burocrático, inserção social e políticas públicas no Brasil: o caso do CrediAmigo. *Revista de Sociologia e Política*, 24(59).
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo 2010 (s.d.). Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas [Em linha]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?view=noticia&id=3&idnoticia=1766&busca=&t=censo-2010-populacao-brasil-de-190-732-694-pessoas>; [Acesso em 2018/02/10].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – Censo 2010 (s.d.). Tabela 21 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010. [Base de Dados]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=P21>. [Acesso em: 2018/02/10].
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (s.d.). Síntese de Indicadores Sociais. Aspectos Demográficos e Distribuição de Renda [Base de Dados]. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2015/default_tab_xls.shtm. [Acesso em: 2018/02/16].
- Jasper, F. (2017) Quantos pobres existem no Brasil?. *Gazeta do Povo – Economia* [Em linha]. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/quantos-pobres-existem-no-brasil-3chdg5oyfl3rv7swu8m0c0z3c>. [Acesso em: 2018/03/30].

- Kabeer, N. (2005). Is microfinance a 'magic bullet' for women's empowerment? Analysis of findings from South Asia. *Economic and Political weekly*, 4709-4718.
- Ledgerwood, J., Earne, J., & Nelson, C. (Eds.). (2013). *The new microfinance handbook: A financial market system perspective*. World Bank Publications.
- Lobo, C. G. A. (2014). Reconhecimento e desigualdade no mercado de microcrédito no Brasil. *RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, 1(1).
- Lopes, B.; & Macedo, R. (2012). Microcrédito na Bahia: um (Des) virtuoso percurso evolutivo. *Leituras de Economia Política*, 13(16).
- Magdalon, W. P.; & Funchal, B. (2016). O Efeito Do Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil: Incentivo à Inadimplência?. *Revista Base (Administração e Contabilidade) da UNISINOS*, 13(4).
- Marôco, J. (2014). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. ReportNumber, Lda.
- Marques, J. N. (2009). *Regulação das microfinanças no Brasil: arcabouço institucional e articulação a políticas públicas de superação da pobreza*. São Paulo: Universidade de São Paulo (USP).
- Mattei, L., & da Silva, R. A. (2012). *O Papel do Microcrédito no Ambiente Local: Evidências a Partir do Programa Banco Família*. Florianópolis: UFSC.
- Mattos, M. S. D. (2016). *Microcrédito em Santa Catarina: redes, escalas e agentes-o caso do Planorte*. Florianópolis: UFSC.
- Ministério da Integração Nacional (2011). *Fundos Constitucionais de Financiamento* [Em linha]. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/fundos-constitucionais-de-financiamento>. [Acesso em: 2018/04/12].
- Monzoni, M. P. (2006). *Impacto em renda do microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo*. São Paulo: Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas.
- Moreira, N. C. (2016). *Microcrédito e empoderamento de mulheres: o caso do Banco Popular Crédito Solidário*. São Paulo: Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas.
- Moura, M. J. S. B., Bueno, R., & Porto, H. W. (s.d.) *A Ética na Concessão do Microcrédito Produtivo*.
- Movera. (s.d.). *Condições das linhas de crédito* [Em linha]. Disponível em: <http://www.movera.com.br/condicoesbk.html>. [Acesso em: 2018/04/13].
- ONUBR. (2016). *Pobreza permanece concentrada no Norte e no Nordeste do Brasil, diz estudo de centro da ONU* [Em linha]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pobreza-permanece-concentrada-no-norte-e-no-nordeste-do-brasil-diz-estudo-centro-onu/>. [Acesso em: 2018/04/10].

- Ostrom, E. (1996). Crossing the great divide: coproduction, synergy, and development. *World Development*, 24(6), 1073-1087.
- Pereira, J. A.; & Souza, L. H. D. (2017). Empreendedorismo e Microcrédito produtivo Orientado: Um Estudo Sobre o Programa Crescer. *Gestão & Planejamento-G&P*, 18.
- Pereira, C. P., & Amorim, Á. A. S. (2010). Pobreza no Brasil e na América Latina: concepções restritas sobre realidades complexas. *Argumentum*, 2(2), 132-148.
- Pimentel, V., & Kerstenetzky, C. L. (2008). Microcrédito: por que os bancos privados não bancam. *Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense*, (242).
- Portal do Fundo de Amparo ao Trabalhador (PortalFAT) - Ministério do Trabalho (2016). Sistemas de Informações do Relatório Gerencial do PNMPO [Base de Dados]. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoes-2/programa-nacional-do-microcredito-produtivo-orientado-pnmpo/sistema-de-informacoes-do-pnmpo/>. [Acesso em: 2018/03/20].
- Presidência da República. (2018). Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018 [Em linha]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13636.htm. [Acesso em: 2018/05/30].
- Rahman, M. F., Islam, M. R., Bhuiyan, A. B., Mokarrom, A. M., & Khan, H. (2015). Problems in Micro Financing Of Bangladesh: A Study on Grameen Bank. *International Journal of Business and Technopreneurship*, 5(2), 205-224.
- Rankin, K. N. (2002). Social capital, microfinance, and the politics of development. *Feminist economics*, 8(1), 1-24.
- Ribeiro, D. D. A. (2009). Microcrédito como meio de desenvolvimento social. Nova Lima: Faculdade de Direito Milton Campos.
- Sampaio, P. S. (2016). O Microcrédito Produtivo Orientado no Brasil: um Panorama da Evolução do Quadro Regulatório, dos Atores Institucionais e de seu Efeito na Superação da Pobreza. *Revista de Direito Setorial e Regulatorio*, 2(2), 47-104.
- Schönerwald, C.; & Vernengo, M. (2016). Microfinance, Financial Inclusion, and the Rhetoric of Reaction: The Evolution and Limitations of Microfinance in Brazil. *Latin American Policy*, 7(2), 356-376.
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. (s.d.). Biblioteca – Empreendedores e Empresas. Perfil do Microempreendedor Individual 2015 [Base de Dados]. Disponível em: <http://datasebrae.com.br/documentos/>. [Acesso em: 2018/02/26].
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. (2014). Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil [Em linha]. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. [Acesso em: 2018/03/02].

- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae. (2017). O que é a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP [Em linha]. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/oscip-organizacao-da-sociedade-civil-de-interesse-publico,554a15bfd0b17410VgnVCM1000003b74010aRCRD>. [Acesso em: 2018/04/13].
- Sicoob. (s.d.). Modelo Organizacional [Em linha]. Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/o-sicoob-modelo-organizacional>. [Acesso em: 2018/04/13].
- Silva, M. O. D. S.; Família, O. B. (2010). Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. *Revista Katálisis*, 13(2), 155-163.
- Silva, R. A. D. (2012). Microcrédito e suas relações com o desenvolvimento local: um estudo de caso sobre o banco da família. Florianópolis: UFSC.
- Silveira, M. G. (2015). Evolução da estrutura de microcrédito no Brasil: uma análise sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado. Curitiba: UFPR.
- Singer, P. (2008). Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. Petrópolis: Vozes.
- Stand, D. W., & Rising, W. I. K. (2011). Special Focus: Inequality in Emerging Economies (EEs). OECD.
- Tirelli, C., da Silveira, D. C., & Wbatuba, B. B. R. (2015). Políticas Públicas e Welfare State: O Plano Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) no Brasil. Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional.
- Triviños, A. N. S. (2009). Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. Outros números do Informe Rural ETENE: ANO, 3, 25.
- UNDP Brasil (s.d.). Ranking IDHM Unidades da Federação 2010 [Em linha]. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-uf-2010.html>. [Acesso em: 2018/02/5].
- Vieira, R.O.X.B. (2012). As Condicionantes do Acesso ao Crédito por parte das Mulheres Empreendedoras Rurais e Urbanas em Mozambique – Para além do Microcrédito. Moçambique.
- Weber, H. O. (2011). A expressividade do microcrédito atual em Santa Catarina com base nas ações governamentais. Florianópolis: UFSC.
- Yazbek, M. C. (2012). Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, 110, 288-322.
- Yunus, M; Jolis, A. (2007). Banker to the Poor. Penguin Books India.

- Zancanella, J. C., Ferreira, M. A. M., Abrantes, L. A., & Silveira, S. D. F. R. (2009). Condições de Operacionalização do Programa Nacional de Microcrédito produtivo orientado (PNMPO) sob a Ótica dos Usuários-Região de Viçosa (MG). *Contabilidade Vista & Revista*, 20(4).
- Zubelli, L. M. R. A. (2012). *Perspectivas do Microcrédito para a Redução da Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ.

ANEXOS



FIGURA AI - AS REGIÕES BRASILEIRAS

Fonte: Guimarães e Silva (2018)

TABELA AI
SIGLAS, ESTADOS E REGIÕES

Siglas	Estados / DF	Regiões
DF	Distrito Federal	Centro-Oeste
GO	Goiás	Centro-Oeste
MS	Mato Grosso do Sul	Centro-Oeste
MT	Mato Grosso	Centro-Oeste
AC	Acre	Norte
AM	Amazonas	Norte
AP	Amapá	Norte
PA	Pará	Norte
RO	Rondônia	Norte
RR	Roraima	Norte
TO	Tocantins	Norte
AL	Alagoas	Nordeste
BA	Bahia	Nordeste
CE	Ceará	Nordeste
MA	Maranhão	Nordeste
PB	Paraíba	Nordeste
PE	Pernambuco	Nordeste
PI	Piauí	Nordeste
RN	Rio Grande do Norte	Nordeste
SE	Sergipe	Nordeste
ES	Espírito Santo	Sudeste
MG	Minas Gerais	Sudeste
RJ	Rio de Janeiro	Sudeste
SP	São Paulo	Sudeste
PR	Paraná	Sul
RS	Rio Grande do Sul	Sul
SC	Santa Catarina	Sul

Fonte: Elaborado pelo Autor

TABELA AII
VALOR CONCEDIDO *PER CAPITA* DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO ORIENTADO
PARA ESTADOS DE 2010 A 2014 EM REAIS

Estados	2014	2013	2012	2011	2010
AC	R\$ 17,24	R\$ 16,66	R\$ 4,23	R\$ 0,31	R\$ -
AL	R\$ 119,20	R\$ 99,83	R\$ 80,66	R\$ 53,69	R\$ 43,28
AM	R\$ 6,85	R\$ 6,51	R\$ 3,88	R\$ 0,37	R\$ -
AP	R\$ 10,40	R\$ 6,62	R\$ 2,94	R\$ 0,20	R\$ -
BA	R\$ 74,07	R\$ 56,87	R\$ 45,41	R\$ 29,44	R\$ 21,36
CE	R\$ 264,55	R\$ 208,93	R\$ 157,67	R\$ 109,74	R\$ 78,15
DF	R\$ 37,04	R\$ 19,28	R\$ 12,75	R\$ 4,05	R\$ 1,95
ES	R\$ 21,96	R\$ 16,00	R\$ 8,92	R\$ 2,88	R\$ 1,57
GO	R\$ 22,21	R\$ 14,30	R\$ 7,27	R\$ 2,47	R\$ 1,75
MA	R\$ 140,49	R\$ 117,10	R\$ 92,11	R\$ 69,94	R\$ 67,10
MG	R\$ 30,94	R\$ 22,33	R\$ 14,39	R\$ 6,73	R\$ 5,18
MS	R\$ 15,80	R\$ 7,23	R\$ 6,47	R\$ 1,93	R\$ 1,10
MT	R\$ 21,35	R\$ 8,81	R\$ 6,88	R\$ 2,73	R\$ 2,61
PA	R\$ 13,99	R\$ 12,65	R\$ 10,42	R\$ 1,90	R\$ 1,48
PB	R\$ 154,15	R\$ 120,27	R\$ 99,27	R\$ 58,15	R\$ 44,02
PE	R\$ 67,29	R\$ 50,26	R\$ 39,77	R\$ 28,12	R\$ 23,39
PI	R\$ 278,27	R\$ 217,31	R\$ 175,28	R\$ 125,81	R\$ 99,05
PR	R\$ 21,24	R\$ 17,96	R\$ 10,03	R\$ 3,03	R\$ 1,27
RJ	R\$ 17,89	R\$ 19,37	R\$ 8,10	R\$ 2,93	R\$ 1,34
RN	R\$ 142,37	R\$ 108,59	R\$ 82,28	R\$ 53,11	R\$ 43,68
RO	R\$ 14,73	R\$ 9,54	R\$ 7,02	R\$ 0,81	R\$ 0,70
RR	R\$ 12,35	R\$ 13,34	R\$ 3,63	R\$ 0,15	R\$ -
RS	R\$ 37,95	R\$ 26,68	R\$ 21,41	R\$ 4,28	R\$ 2,65
SC	R\$ 82,53	R\$ 58,81	R\$ 44,74	R\$ 29,53	R\$ 23,36
SE	R\$ 181,15	R\$ 140,38	R\$ 116,67	R\$ 78,20	R\$ 60,39
SP	R\$ 19,03	R\$ 9,92	R\$ 6,05	R\$ 1,45	R\$ 1,05
TO	R\$ 12,42	R\$ 9,17	R\$ 6,36	R\$ 0,76	R\$ 0,94

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do Relatório Gerencial do PNMPO

TABELA AIII
IDH DOS ESTADOS DE 2010 A 2014

Estados	2014	2013	2012	2011	2010
AC	0,719	0,694	0,696	0,688	0,663
AL	0,667	0,653	0,644	0,635	0,631
AM	0,709	0,701	0,679	0,672	0,674
AP	0,747	0,727	0,707	0,7	0,708
BA	0,703	0,694	0,682	0,675	0,66
CE	0,716	0,709	0,704	0,7	0,682
DF	0,839	0,832	0,827	0,819	0,824
ES	0,771	0,766	0,769	0,759	0,74
GO	0,75	0,75	0,745	0,74	0,735
MA	0,678	0,665	0,65	0,649	0,639
MG	0,769	0,762	0,754	0,745	0,731
MS	0,762	0,751	0,746	0,743	0,729
MT	0,767	0,758	0,755	0,747	0,725
PA	0,675	0,671	0,659	0,658	0,646
PB	0,701	0,692	0,682	0,681	0,658
PE	0,709	0,701	0,694	0,679	0,673
PI	0,678	0,671	0,664	0,644	0,646
PR	0,79	0,787	0,774	0,761	0,749
RJ	0,778	0,773	0,762	0,752	0,761
RN	0,717	0,726	0,715	0,705	0,684
RO	0,715	0,696	0,698	0,687	0,69
RR	0,732	0,724	0,729	0,721	0,707
RS	0,779	0,763	0,757	0,752	0,746
SC	0,813	0,807	0,797	0,791	0,774
SE	0,681	0,699	0,688	0,679	0,665
SP	0,819	0,814	0,808	0,802	0,783
TO	0,732	0,721	0,711	0,702	0,699

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do Radar IDHM e PNUD

TABELA AIV

PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES COM RENDIMENTO MENSAL *PER*
CAPITA ATÉ $\frac{1}{4}$ DO SALÁRIO MÍNIMO PARA OS ESTADOS DE 2010 A 2014

Estados	2014	2013	2012	2011	2010
AC	12,6	12,2	13,4	12,3	16,55
AL	16,8	16,9	14,4	15,8	22,57
AM	10,7	12	12,2	10,5	17,99
AP	5,1	8	10,6	10,9	14,60
BA	11,9	13,1	14	13,5	19,08
CE	14,1	15,3	15,1	15,8	21,80
DF	1,9	1,9	2,6	1,7	2,65
ES	3,6	4,1	3,1	3,4	5,95
GO	2,6	2,4	2,5	2,6	4,12
MA	18,1	20,9	22	20,4	26,51
MG	3,9	3,9	4,1	3,7	6,34
MS	1,8	2,5	2,4	2,2	5,62
MT	2,3	3,1	3,8	2,7	5,37
PA	12,1	12,5	12,6	13,5	20,81
PB	11,1	13,5	12,1	11,4	20,26
PE	11,7	11,5	11,3	12,4	17,81
PI	13,7	14,1	16	16,9	24,80
PR	2,2	2,1	2,4	1,8	4,02
RJ	2,3	2,4	2,8	2,1	3,72
RN	11,7	11,5	11,6	12,3	16,11
RO	4,9	6,4	7,2	6,2	9,27
RR	6,4	6,9	8,5	7,1	12,47
RS	2,3	2,3	2,3	2,7	3,73
SC	1	1,5	0,9	1,4	2,12
SE	9,9	10,5	11,8	10,5	18,68
SP	1,7	1,6	1,2	1,3	2,77
TO	8,6	8,5	7,8	9	12,79

Fonte: Elaborado pelo Autor com base nos dados do IBGE